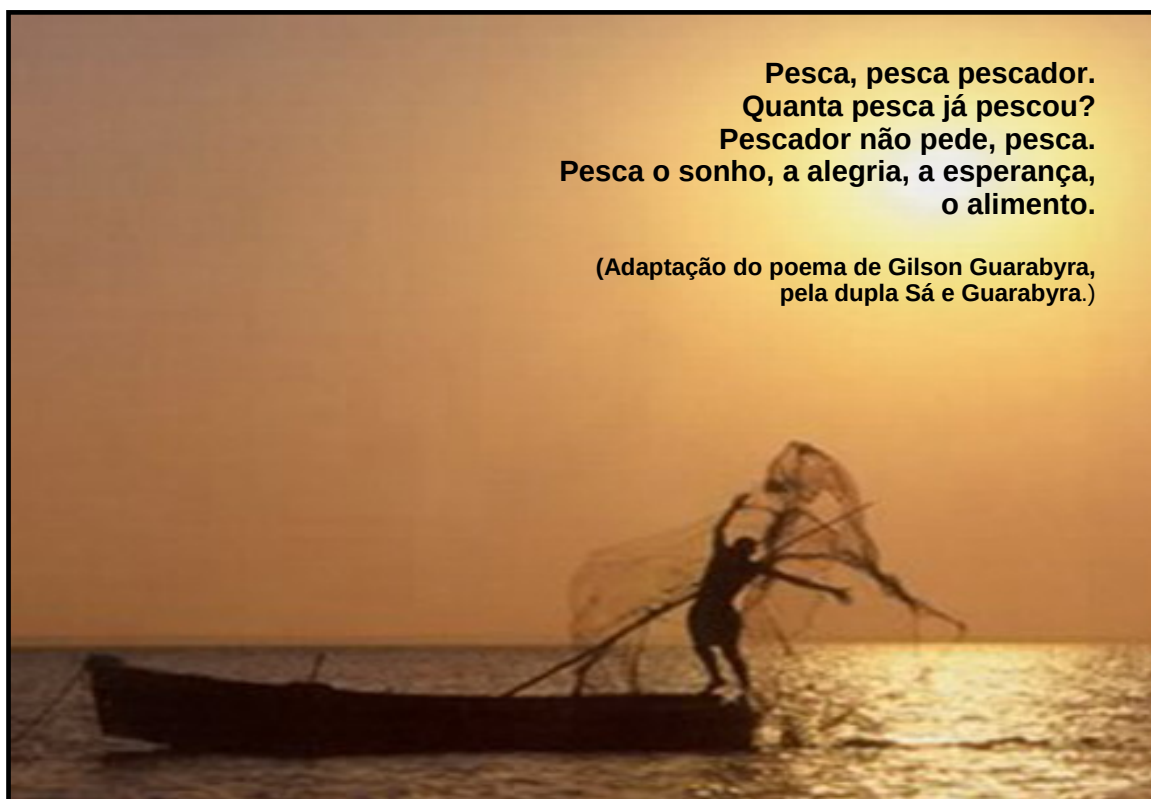


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO
TERRITÓRIO**

SÃO FRANCISCO - CAMINHO GERAL DO SERTÃO:
Cenários de vida e trabalho de pescadores Tradicionais em
Pirapora e Buritizeiro – norte de Minas Gerais



**Sandra Regina Tôrres Dumont
Uberlândia/ MG
2007**

SANDRA REGINA TÔRRES DUMONT

**SÃO FRANCISCO - CAMINHO GERAL DO SERTÃO:
Cenários de vida e trabalho de pescadores Tradicionais em
Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas Gerais**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Profº. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

**UBERLÂNDIA/ MG
2007**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- D893s Dumont, Sandra Regina Tôrres, 1963-
 São Francisco – caminho geral do sertão : cenários de vida e trabalho
 de pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas
 Gerais / Sandra Regina Tôrres Dumont. - 2007.
 171 f. : il
 Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Progra-
 ma de Pós-Graduação em Geografia.
 Inclui bibliografia.
1. Pescadores - Aspectos sociais - Teses. 2. Pescadores - Minas Gerais,
Norte - Vida e costumes sociais - Teses. 3. Geografia humana - Teses. I.
Brandão, Carlos Rodrigues. II. Universidade Federal de Uberlândia. Pro-
grama de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 37:504

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Sandra Regina Tôrres Dumont

SÃO FRANCISCO - CAMINHO GERAL DO SERTÃO:
Cenários de vida e trabalho de pescadores Tradicionais em
Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas Gerais

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

Prof. Dr. João Cleps Júnior

Prof. Dr. Leopoldo Gabriel Thiesen

Data: ____/____/____

Resultado: _____



Dedico este trabalho aos homens pescadores e a suas famílias das cidades barranqueiras de Pirapora e Buritizeiro, norte de Minas Gerais, que na peregrinação cotidiana são os grandes protagonistas que lutam na busca da sua sobrevivência através da Pesca. E assim traduzem um modo de vida, onde o passado e o presente se misturam, enredando seu modo de ser e de viver.

AGRADECIMENTOS

Começo os meus agradecimentos à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes Campus Pirapora-MG pela contribuição na minha formação acadêmica, a todos os seus professores e funcionários, em especial a Verinha, Cidinha, Carlão e Daysy. Muito obrigada por tantos momentos bons.

Ao programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU pela contribuição na realização do meu mestrado, aos seus professores e funcionários.

Ao CNPq por disponibilizar a bolsa de mestrado, o que viabilizou a concretização deste trabalho de pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia, em especial o Profº João Cleps Júnior, pelo seu companheirismo, atenção e disponibilidade, sempre me ajudando nas horas que precisei. Muitíssimo obrigada.

Ao Profº Samuel do Carmo Lira, Profª Beatriz e Profª Marlene, por terem contribuído e incentivado durante o tempo da Pós, muito obrigada.

Ao meu querido e estimado Profº Ivo das Chagas, o Pai do Cerrado, que com seu conhecimento me ensinou a importância que devemos dar às pequenas coisas que vivemos. Agradeço sua amizade e me orgulho muito de você fazer parte da minha história acadêmica.

A você minha querida e estimada professora e amiga, Andréa Narciso, que me incentivou nas trilhas da academia e que juntas pensamos, sonhamos e praticamos ações por acreditarmos em dias melhores para os homens e mulheres que partilham do nosso dia-a-dia.

Ao meu grande guia, mestre e orientador Carlos Brandão, que me abriu o horizonte acadêmico, me ensinando um novo olhar sobre o mundo e as pessoas, me

ensinando a pesquisar. Obrigada pela sua amizade você me faz acreditar que um novo mundo é possível.

Ao grupo São Francisco, Rodrigo, meu grande companheiro; Graça pela sua doçura e alegria; Joyce pela amizade e meiguice; Déa companheira de coração; e Paola minha companheira incondicional, que foi ímpar nesta minha caminhada.

Aos companheiros da pós: Sheilinha, Fernandinha, Marcelo, Joelma, Marçinho, Rafinha, Eduardo, Gilson, Gaúcha, Iarinha, Janes, Luz, Maurílio, Priscila, Jack e muitos outros que não foram citados, mas que estão no meu coração. Bons tempos.

A querida Ana Thé, que sempre disponível com sua experiência em pesquisa, muito me auxiliou.

Ao meu grande e querido amigo Cris, que sempre me acolheu, me ajudando, e aconselhando neste caminho.

A minha querida irmã e cunhada Ângela Dumont, por ter me dado sua mão e seu coração, me conduzindo neste trabalho. Você é especial.

Renato Hilário, obrigada pela atenção, carinho, paciência e ensinamentos que fizeram parte deste trabalho.

Ao Henrique Candeias, por sua amizade sempre disponibilizando o espaço do CCN-MG, para nossos estudos em grupos. Antônia pelo carinho e amizade.

A tantos companheiros: Lelinha, Laís, Nanda, Dany, Léo, Lú, Dú, Luz, Déa, Carlos, Ângela, Jonh, Samuel, Cris, Jack que me ensinaram tanto. Demóstenes, obrigada pelos papos e ensinamentos que tanto me ajudaram nesta construção.

Ao grupo Matizes Dumont, bordadeiras de Pirapora, pelo carinho em disponibilizar as imagens bordadas que vieram compor o meu trabalho, sendo tecidas ao longo de uma trajetória artística, com vários livros ilustrados. Várias

oficinas foram realizadas objetivando a geração de emprego e renda dentro do Projeto Bordando o Brasil, viabilizado pela Fundação Banco do Brasil S/A.

Aos pescadores que abriram as portas de suas casas, sempre me recebendo com carinho, sendo os grandes protagonistas desse trabalho. Obrigada.

Aos meus pais pelo colo de toda uma vida, sempre me ensinando compartilhar, ser solidária, ética pela vida afora.

Aos meus irmãos Sil, Binha, Suzi, Edi e Dú, pela amizade, que estejamos sempre juntos buscando os nossos caminhos.

Ao meu querido Redi, pelo seu companheirismo, sempre me amparando nas horas difíceis.

Aos meus amores Huguinho e Carolzinha, que me ajudaram nessa conquista. Que vocês caminhem juntos na busca de seus sonhos e ideais.

E por fim a minha querida tia Alzira que como ser de luz, está presente sempre.

RESUMO

Esta pesquisa parte do desafio de descrever e compreender alguns aspectos do modo de vida e do trabalho de pescadores tradicionais nas cidades de Pirapora e Buritizeiro, às margens do rio São Francisco, no norte de Minas Gerais. Os caminhos para a elaboração e sistematização desta pesquisa tiveram como objetivo geral estudar alguns aspectos do modo de vida e do trabalho dos pescadores tradicionais nos municípios de Pirapora e Buritizeiro, Norte de Minas Gerais, com vistas a descrever a organização da vida cotidiana sobre as condições atuais do trabalho do pescador, bem como os fatores de permanência e de modificações das atividades da pesca artesanal no rio São Francisco. Para atender os objetivos propostos, a metodologia adotada se baseou na interação pesquisador/pesquisado utilizando como instrumentos e técnicas de campo: pesquisa bibliográfica, dados primários e secundários com base nos órgãos reguladores da pesca, banco de dados criado a partir do censo Estatístico Domiciliar realizado pela UFSCar, e entrevistas livres direcionadas. As observações diretas em campo deram densidade às entrevistas e, facilitaram os processos de desvelamento das questões colocadas na pesquisa.

Palavras-Chaves: Pesca; Pescador Tradicional; Trabalho; Modo de Vida; Rio São Francisco.

ABSTRACT

This research starts from the challenge of describing and analyzing the way of life and work of groups and communities of traditional fishermen in the towns of Pirapora and Buritizeiro on the margins of São Francisco river in the north of Minas Gerais. The paths traveled for the elaboration and systematization of this research had as a general objective to study the means of life and work of traditional fishermen communities in Pirapora and Buritizeiro municipalities, north of Minas Gerais to describe their perceptions about current work conditions of the fishermen as well as permanence factors and modification of primary fishing activities on São Francisco river. To attend the proposed objectives, the methodology adopted was based on a researcher/researched interaction using as field instruments and techniques, primary and secondary data with basis on government fishing regulating bodies, data bank created from the home statistic census performed by UFSCar and free directional interviews. Direct observation in the field gave density to the interviews and made the process easier to solve the questions set in the research.

Key Words: Fishing; Traditional Fishermen; Work; Way of Life; São Francisco River.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa da Bacia do São Francisco

FIGURA 2: Pólo de Fruticultura

FIGURA 3: Mapa de localização dos municípios estudados

FIGURA 4: Vapor Benjamin Guimarães

FIGURA 5: Ponte Marechal Hermes

FIGURA 6: Sede da colônia Z-1 em Pirapora-MG

FIGURA 7: Tabela informativa para captura de peixes

FIGURA 8: Pesca do Surubim

FIGURA 9-10: Reunião colônia de pesca de Pirapora - MG

FIGURA 11-12: Oficina GT da pesca em Buritizeiro - MG

FIGURA 13: Foto aérea corredeiras em Pirapora e Buritizeiro - MG

FIGURA 14: Representação dos territórios de pesca nas corredeiras dos municípios

FIGURA 15: Pescador tecendo tarrafa

FIGURA 16: Pescador tecendo tarrafa

FIGURA 17: Ponto de encontro pescador à beira do rio

FIGURA 18: Salto de peixes nas corredeiras

FIGURA 19: Verificação da grozeira para pesca do mandim

FIGURA 20: Peixe congelado para comercialização no Frigorífico São Francisco

FIGURA 21: Comercialização de mandim

FIGURA 22: Represa de Três Marias - MG

FIGURA 23: Cia Mineira de Metais em Três Marias

FIGURA 24: Família de Pescador

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Densidade demográfica de Pirapora e Buritizeiro

Tabela 2: Número de pescadores profissionais ou artesanais em Minas Gerais e nos municípios estudados

Quadro 1: Características Geográficas da bacia do São Francisco

Quadro 2: Características Físicas dos Municípios

Quadro 3: Sistema Sindical dos Pescadores

Quadro 4: Organograma IEF

Quadro 5: Peixes de Piracema

Quadro 6: Natureza e trabalho

Quadro 7: Categorias de pescadores dos municípios

Quadro 8: Peixes mais pescados

Quadro 9: Calendário anual da vida cotidiana

Quadro 10: Técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores locais

LISTA DE SIGLAS

ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ANA - Agência Nacional de Águas
CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEFIP - Comando Especial de Fiscalização da Pesca
CIDA - Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
EFCB - Estrada de Ferro Central do Brasil
EPS - Economia Popular Solidária
FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco
FASE - Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional
IARA - Instituto Amazônico de manejo Sustentável dos Recursos Ambientais
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDRC - International Development Research Centre
IEF - Instituto Estadual de Florestas
MA - Ministério da Agricultura
MEB - Movimento de Educação de Base
RMNE - Região Mineira do Nordeste
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO	14
A PESQUISA VIVIDA – RELAÇÃO COM O OUTRO	17
A GEOGRAFIA E ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS	18
TÉCNICAS DE CAMPO	20
1. A GEOGRAFIA DO RIO SÃO FRANCISCO NO SERTÃO NORTE MINEIRO	27
1.1. O processo de Ocupação do rio e seus múltiplos sujeitos sociais	33
1.2. O Rio aqui onde estamos.....	37
1.3. Pirapora e Buritizeiro: entre o Sertão e o Velho Chico	40
1.3.1. Buritizeiro	44
1.3.2. Características dos municípios	45
1.4. A Importância da Pesca	51
1.5. O histórico das colônias	56
2. AS INSTITUIÇÕES REGULADORAS DA PESCA E O PROJETO PPA PEIXES PESSOAS E ÁGUAS.....	67
2.1. As instituições reguladoras da pesca.....	67
2.1.1. O Ibama	69
2.1.2. O IEF - Instituto Estadual de Florestas.....	74
2.1.3. As interações dos pescadores com as instituições.....	80
2.2. A atuação do projeto PPA junto às comunidades de pescadores.....	84
3. ALGUNS ASPECTOS DO MODO DE VIDA DO PESCADOR: O MUNDO DO TRABALHO E O MUNDO DA CASA.....	94
3.1. O mundo do trabalho.....	94
3.1.1. As diversas categorias de pescadores.....	97
3.1.2. A organização social do trabalho da pesca: permanências e Mudanças.....	101
3.2. O mundo da casa: família, educação e saúde.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	128
ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte do desafio de descrever e compreender alguns aspectos do modo de vida e do trabalho dos pescadores tradicionais nas cidades de Pirapora e Buritizeiro, às margens do rio São Francisco, no norte de Minas Gerais.

O tempo vivido de banhos de rio, as cachoeiras, as brincadeiras na areia úmida, perto do cais, o pôr-do-sol. Da porta da casa de minha infância, observava os que trabalhavam de sol a sol, nas canoas e barcos; pescadores meninos, tornando-se homens, pais de família. Muitos deles aposentaram-se no convívio cotidiano com o rio, os peixes, a pesca. Assim algumas indagações vêm me acompanhando.

A opção de escolher este tema de pesquisa começou dessa relação estreita com o rio. Desde criança, vivendo sempre às margens do Velho Chico, eu via pescadores e suas famílias, na labuta do dia-a-dia, indo pescar o peixe para sua sobrevivência. Porque não pesquisar o que está próximo e faz parte do meu cotidiano? Como estes homens pescadores usam os seus espaços? Quais são suas práticas concretas? Quais os seus lugares de vida e trabalho? Como era a pesca antes? O que veio mudando ao longo dos tempos? Como vêm as suas condições atuais de trabalho?

Cursar Geografia mobilizou-me profundamente a estudar e a participar de eventos ligados aos homens e mulheres que vivem nesse cenário de água, cerrado, riachos, veredas, rio que liga e desliza entre pedras, e seres e lua prateada. Ser aluna e conviver com colegas e professores que também viviam inquietos com esse tema fizeram da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, em Pirapora, um espaço de construção de saberes, de trocas, de envolvimento com

alunos de outras regiões, na organização e participação coletiva, experiência e conhecimento que estão muito além da sala de aula.

Indagações de vida inteira, a Geografia presente, as vivências na universidade fizeram com que eu buscasse em 2004, como aluna especial, o curso de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, na disciplina ministrada pelo Profº Dr. Carlos Rodrigues Brandão, Natureza e Organização do Espaço Rural.

Em 2005, como aluna regular do mestrado e como bolsista do CNPq¹, pude dedicar-me a pesquisar sobre o tema escolhido: São Francisco - caminho geral do sertão: cenários de vida e trabalho de pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro - norte de Minas Gerais.

O foco central foi tentar descrever e compreender a organização da vida cotidiana dos pescadores locais que vivem da pesca tradicional. O trecho de estudo compreende a região do Médio São Francisco entre a corredeira de Pirapora e Buritizeiro - MG.

Pirapora e Buritizeiro estão situadas ao norte de Minas Gerais, consideradas como área de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro, pertencem ao Polígono das Secas, ligadas pelo rio São Francisco.

As duas cidades trazem em seu corpo as marcas da beleza natural e das contradições sociais.

Segundo o IBGE, geograficamente essas cidades localizam-se na região Sudeste, mas no âmbito de planejamento federal, estão inseridas na região Nordeste, por apresentar semelhanças entre os indicadores sociais e econômicos como Região Mineira do Nordeste - RMNE.

¹ CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Os pescadores que fazem parte do cenário de vida do sertão norte mineiro do São Francisco destacam-se como sujeitos que se constituem e são constituídos no espaço vivido. Enquanto pescam, ocupam espaço entre margens, acham seu lugar, significam sua própria vida vivida.

A determinação da transposição de um espaço para um lugar implica numa carga de afetividade: “(...) o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p.142).

Que sentido os pescadores deram um dia e dão hoje ao seu ofício?²



² As imagens bordadas que ilustram este trabalho são de autoria do Grupo Matizes Dumont - Bordadeiras de Pirapora-MG (Disponível em: <http://www.matizesbordadosdumont.com.br> > 2006).

A PESQUISA VIVIDA - A RELAÇÃO COM O OUTRO

A pesquisa como espaço dialogal entre os pescadores e o pesquisador oportunizou a criação de novos sentidos e significados, do grupo envolvido, enredado nesse pescar que é rio, é vida, é arrumação de redes, é descer e subir as corredeiras, superando juntos obstáculos cotidianos.

Os caminhos para a elaboração e sistematização desta pesquisa tiveram como objetivo geral estudar alguns aspectos do modo de vida e do trabalho dos pescadores tradicionais nos municípios de Pirapora e Buritizeiro, Norte de Minas Gerais, com vistas a descrever e compreender a organização da vida cotidiana; as condições atuais do trabalho do pescador; bem como os fatores de permanência e de modificações das atividades da pesca artesanal no rio São Francisco.

Esta dissertação está estruturada em 03 capítulos para atender aos objetivos específicos, a saber:

- Delinear um breve histórico de ocupação e povoamento do rio São Francisco que se estabeleceram por meio da atividade de pesca, nos municípios de Pirapora e Buritizeiro – MG, norte de Minas Gerais;
- Descrever as instituições reguladoras da pesca e a atuação das ONG's, e seus efeitos junto aos pescadores tradicionais na área da pesquisa;
- Analisar os modos de vida dos pescadores e de suas famílias, que vivem da pesca artesanal ou profissional, traçando um paralelo entre as mudanças ocorridas e os fatores que permanecem inalterados no processo de trabalho da pesca.

A GEOGRAFIA E ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

Algumas teorias e metodologias ampliam visões e favorecem discussões voltadas para questões de âmbito teórico na Geografia com o objetivo de aprofundar estudos que venham quebrar a dicotomia existente entre a geografia física e humana.

Por meio de novos paradigmas, a interdisciplinaridade das ciências busca novos conhecimentos e permite à geografia trilhar novos rumos. As categorias geográficas, por exemplo, como território, espaço e lugar ganham novas leituras, mais críticas e amplas, na discussão teórica de autores como Claval, Tuan, Raffestin, Milton Santos.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1997, p.26).

Nesse sentido, a questão da pesca tem sido muito abordada em estudos da geografia no Brasil, em que se investigam comunidades litorâneas e ribeirinhas, sem esquecer as contribuições de estudos concretizados de outras ciências como: a biologia, a antropologia, a sociologia. Nesses estudos, o meio natural, as gentes e os peixes são os principais sujeitos do processo de pesquisa.

Dentro dessa tendência, alguns estudos clássicos devem ser citados como Bernardes (1950, 1959) e Lago (1961), pois apontam para as relações da atividade da pesca e a natureza, onde as comunidades desempenham seu papel na estruturação das paisagens litorâneas. Há também estudos realizados no litoral Norte Paulista, em meados do século XX, que descrevem os processos de ocupação e a presença das comunidades de pescadores caiçaras. Dentre os quais se destacam Carvalho (1944) e França (1954).

Apontam-se ainda estudos realizados mais recentemente sobre as populações de pescadores da região do litoral norte paulista que mostram questões ligadas à atividade de pesca e aos processos de urbanização e turismo, como o trabalho de Noffs (1988) e o de Calvente (1993).

Citamos também Diegues (1983), com a publicação de vários estudos que permeiam as áreas úmidas brasileiras e suas “gentes” e que apontam para a dimensão social na apropriação de espaços marítimos.

Destacamos aqui trabalhos realizados na porção do Alto-médio São Francisco em que foram abordados problemas ligados ao rio, a seus peixes e a seus pescadores artesanais como Camargo (1998), Godinho (2000), Valêncio (2001), Thé (2003) e Madeira (2006).

Os pressupostos teóricos dos estudos citados permeiam os capítulos apresentados na construção dessa dissertação. Para estabelecer uma relação mais estreita entre teoria e prática, essas contribuições teóricas serão dialogadas com as falas dos sujeitos da pesquisa.

TÉCNICAS DE CAMPO

Para atender os objetivos propostos, a metodologia adotada baseou-se na interação pesquisador/pesquisado utilizando como instrumentos as técnicas de campo que foram realizadas em duas etapas, a saber:

- Um primeiro momento de observação direta em campo para uma melhor interação entre o pesquisador e os sujeitos focais da pesquisa. Essa observação foi realizada no período de novembro e dezembro de 2005. Participamos de algumas oficinas, palestras e seminários realizados pelo Projeto PPA – Peixes, Pessoas e Águas. Atuando na região, esse projeto trabalha diretamente com a comunidade de pescadores no Alto-Médio São Francisco em uma parceria firmada entre Brasil e Canadá, tendo a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, através do sub-projeto “Rumo à Co-gestão da pesca no Vale do São Francisco.”³, como parceira.
- A outra etapa foi realizada em outubro de 2006. Utilizou-se uma metodologia para atender os objetivos propostos, baseada na interação pesquisador/pesquisado, utilizando como instrumentos técnicas de campo. Adotamos um pequeno roteiro de investigação, na tentativa de manter um foco na abordagem para direcionar o olhar e a sensibilidade desta pesquisadora diante das informações e dos relatos dos sujeitos sociais envolvidos.

O roteiro de entrevistas, contendo os temas levantados para a pesquisa, possuía os seguintes tópicos:

³ Esse projeto objetiva a troca de experiências entre as comunidades pesqueiras da Amazônia com comunidades pesqueiras do Alto-médio São Francisco, para atuação na gestão participativa da pesca.

- A criação das colônias.
- Contar um pouco da história da colônia.
- Quando foi criada?
- Qual sua participação na colônia de pesca?
- Como acontecem as relações entre os pescadores e as instituições reguladoras da pesca?
- Como usam os espaços de pesca?
- Quais as práticas concretas cotidianas no mundo do trabalho da pesca?
- Quando e como começou a pescar? Falar sobre sua vida de pescador.
- Como era a pesca antes nesta região?
- Como vê a pesca hoje?
- Como se organizam para pescar?
- Como comercializam?
- Como vêm o rio hoje?

As entrevistas foram realizadas de forma a construir “conversas informais” para que os sujeitos se sentissem à vontade para emitir suas opiniões. Essa técnica permitiu a liberdade para que o sujeito abordasse os temas e outros assuntos que eram importantes para o entrevistado. O gravador foi utilizado nas entrevistas com a prévia autorização do entrevistado, sendo que aconteceram também entrevistas que foram anotadas em um caderno de campo. Transcrevemos as fitas gravadas para melhor obtermos dados quantitativos e qualitativos clareando os resultados. As informações coletadas foram sintetizadas a fim de apresentarmos na parte textual as categorias de pescadores; direitos de usos dos espaços de pesca; peixes mais pescados; técnicas de pesca mais utilizadas.

Utilizamos também dados com base nos órgãos reguladores da pesca IBAMA⁴, IEF⁵, e o banco de dados criado a partir do censo Estatístico Domiciliar realizado pela UFSCar, no período de janeiro e fevereiro de 2004, como uma das atividades do projeto “Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco”, tendo como prioridade o conjunto de famílias de pescadores das colônias Z-1 em Pirapora-MG e Z-21 em Buritizeiro.

Os critérios nas observações em abordagens qualitativas dependem do foco específico que o pesquisador direciona seus estudos. Nesse sentido, Brandão (2003) nos mostra que:

Um dos grandes ganhos daquilo a que damos um nome de pesquisa qualitativa reside no fato de que através dessa abordagem da busca de conhecimentos confiáveis sobre o mistério da pessoa humana, da sociedade em que ela vive, da cultura que ela tece e em que se enreda para viver e conviver, nós recuperamos a confiança em nós mesmos. O que está em jogo não é uma pura e simples questão de escolha metodológica. É uma postura ética e epistemologicamente existencial que de maneira ousada se reescreve (BRANDÃO, 2003, p.184).

O autor acima citado comenta essa confiança como pesquisadora, e na confiança no outro com quem interajo. A pesquisa nessa perspectiva é nascente, crescimento, encontro, descobertas conjuntas, entre águas, peixes e gente que aprende e ensina enquanto vive essa vida ribeirinha.

A visão da totalidade deu uma orientação de aspectos que para a pesquisa foram relevantes e importantes, para obtenção de dados que possibilitaram uma análise mais completa do problema.

É nesse envolvimento que o pesquisador trilha caminhos de interação, lembrando sempre que cada Cultura tem suas particularidades diante de fatos e processos acontecidos na vida de homens e mulheres.

⁴ IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

⁵ IEF - Instituto Estadual de Florestas.

Assim, a organização de entrevistas livres direcionadas possibilitou um caminho onde os sujeitos pesquisados e o pesquisador conseguiram manter uma relação dialogal, favorecendo a interação, a troca de saberes que estão muito além de uma mera técnica de pesquisa.

Complementamos as observações com as entrevistas livres direcionadas, sistematizando assim a dinâmica vivida entre os múltiplos sujeitos, segundo Brandão (2003)

A oposição sujeito/objeto é uma construção arbitrária de um modo entre tantos outros de praticar a ciência. O verdadeiro conhecimento científico nasce bem mais de integrações do tipo sujeito/objeto, parte/ todo, objetividade/ subjetividade, neutralidade/ participação do que de oposições que nos excluem daquilo de que somos parte viva e ativa, como pessoas que sentem e pensam e como cientistas que pensam, e sentem (BRANDÃO, 2003, p.49).

A pesquisa de campo foi realizada com visitas de observação *in loco*, com a participação em oficinas junto às colônias de pescadores, e junto ao projeto de Pesquisa e Extensão “Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco”, realizado pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; pelo Instituto Amazônico de Manejo Sustentável de Recursos Ambientais - IARA, com financiamento do International Development Research Center - Canadá.

Foram importantes as visitas de observação e entrevistas livres com pescadores e com os presidentes das colônias de pesca, em que conversas informais na casa de pescadores possibilitaram o reconhecimento desses sujeitos, numa realidade concreta, vivida e contextualizada.

Por já ter acesso a dados estatísticos coletados por Ongs e instituições ligadas à pesca, optamos em trabalhar com 05 informantes, considerando os relatos de experiências cotidianas da vida dos mesmos. Adotamos o critério de trabalhar com 03 pescadores aposentados e 02 pescadores que estão ainda na ativa, com uma experiência de mais de 10 anos de pesca no rio. Para podermos preservar a

individualidade de cada informante, fizemos a opção de não utilizar nomes dos entrevistados.

As duas colônias de pescadores totalizam 854 pescadores, segundo dados da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP - 2006. A pesquisa secundária/documental foi realizada nas seguintes instituições: IBAMA, IEF, Ministério da Agricultura, Codevasf, Franave, além dos resultados/relatórios das pesquisas disponibilizados pelas ONG's, e alguns dos documentos existentes nas colônias de pesca.

Na realização textual da pesquisa, duas abordagens foram trabalhadas: a diacrônica que apresenta um pouco da história local, documental e oral; e a sincrônica que apresenta o estudo do tempo presente, por meio de suas práticas cotidianas.

O trabalho compreende 03 capítulos, elaborados a partir dos objetivos propostos, em que procuramos descrever e compreender alguns aspectos do modo de vida e de trabalho dos pescadores tradicionais nos municípios de Pirapora e Buritizeiro-MG.

O Capítulo 1 foi estruturado com objetivo de realizar um breve histórico sobre a ocupação do rio São Francisco e a formação dos sujeitos sociais que vivem às suas margens, nos municípios de Pirapora e Buritizeiro. O propósito foi focar a importância da atividade pesqueira para a população dos dois municípios, o processo de criação das colônias de pesca, narrando a história dessas colônias de forma sucinta.

O Capítulo 2 foi norteado em dois eixos de atuação metodológica:

1) Fizemos uma breve descrição do surgimento dos órgãos públicos que estabelecem as leis reguladoras para a prática pesqueira. Foram coletadas informações e dados nos órgãos competentes, como IBAMA, IEF, Codevasf. As

interações dos pescadores com as instituições governamentais foram avaliadas junto aos pescadores integrantes das colônias de pesca.

2) Para analisar a relação dos pescadores junto aos integrantes das ONGs que atuam com projetos no local da pesquisa, objetivando a Co-gestão da pesca no Vale do São Francisco, foram realizadas entrevistas com os pescadores, além de participação em palestras e em oficinas, promovidos pela Ong PPA para as comunidades de pesca.

No Capítulo 3, trabalhamos com as entrevistas livres direcionadas realizadas com pescadores em suas práticas cotidianas. Alguns aspectos do modo de vida e de trabalho do pescador permeiam a discussão; as tradições, os sentimentos, os laços com o rio e objetivam a compreensão sobre as transformações e as permanências do pescador com o mundo da pesca.

Nas Considerações Finais os pressupostos teóricos fazem o alinhavo entre a prática vivida no cotidiano, as relações dos pescadores com a pesca, os dados coletados nos órgãos competentes, as entrevistas livres direcionadas, em que os relatos dos sujeitos sociais, participam na construção do material destinado à elaboração final da dissertação.



CAPÍTULO 1 – A GEOGRAFIA DO RIO SÃO FRANCISCO NO SERTÃO NORTE MINEIRO

“Agora, por aqui, o senhor já viu: Rio é só o São Francisco, o Rio do Chico.
O resto pequeno é vereda e algum ribeirão”.

(João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas)

Este capítulo foi estruturado com objetivo de realizar um breve histórico sobre a ocupação e povoamento do rio São Francisco e a formação dos sujeitos sociais, suas “gentes” que vivem às suas margens, nos municípios de Pirapora e Buritizeiro. O propósito é focar a importância da atividade pesqueira para a população dos dois municípios, apresentando um histórico do rio e o processo de criação das colônias de pesca, com narrativas de pescadores, coletadas em campo.

No Século do descobrimento do Brasil, a Coroa Portuguesa demonstrou interesse por investigar e documentar o rio São Francisco. A primeira exploração às suas margens aconteceu em 1553 e assim originaram-se os primeiros estudos descritivos sobre o Rio. Estudos técnicos e abrangentes aconteceram somente em meados do século XIX. A mando de Dom Pedro II, o engenheiro francês Emmanuel Liais estudou as possibilidades da navegação das nascentes até a corredeira de Pirapora.

Em seguida, o Engenheiro alemão Guilherme Halfeld explorou e detalhou o São Francisco, de Pirapora até a Foz no oceano Atlântico. Seu relatório deu origem ao primeiro Atlas desse rio, publicado em 1860. Assim, Halfeld, começou sua descrição:

Para dar conhecimento do estado em que se acha a navegação sobre as águas do rio de São Francisco e seus afluentes; das circunstâncias que a favorecem, dos obstáculos que a dificultam ou totalmente impedem; a designação dos projectos e meios que julgo dever-se aplicar ou que se oferecem para efetuar-se o melhoramento do mesmo rio, e a descrição do seu curso, penso convém, para poder fazê-lo com mais clareza explicação e ordem, seguir pelo curso do canal, que os barqueiros e canoieiros costumam navegar indo rio abaixo, analisando légua por légua, desde a Cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico (1860,p. 1).

Este relatório, de indiscutível expressão, foi resultado de um meticuloso trabalho de levantamento topográfico da região. Outros estudos foram elaborados ao longo da história, em que viajantes visitaram a região. Em 1867 o viajante inglês Richard Burton, figura notável da segunda metade do século XIX, coleta informações desse grande rio que nascia nas montanhas de Minas Gerais e percorre quase 3000 km até o Atlântico.

Vários sujeitos sociais vão compondo suas trilhas da nascente à foz. O rio vai compartilhando suas águas com pescadores, lavadeiras, vapozeiros, artesãos, poetas, cantores, romeiros, tecendo sua cultura sertaneja.

Geograficamente o Rio São Francisco é um Rio de planalto, cuja bacia é totalmente brasileira. Caracteriza-se por sua grande heterogeneidade do meio físico, econômico e social. Nasce no Parque Nacional da Serra da Canastra, no Sudoeste do estado de Minas Gerais, correndo primeiramente em sentido sul-norte e depois leste-oeste.

Com 645.000 Km² sua bacia de drenagem cobre 8% do território nacional.

Cerca de 83% da bacia encontram-se nos estados de Minas Gerais e da Bahia, em seu alto e médio curso.

Sua extensão é de 2.700 km, desde as suas nascentes na Serra da Canastra (Minas Gerais) até a foz no oceano Atlântico, entre os Estados de Alagoas

e Sergipe. Sob o ponto de vista geográfico, o Vale do São Francisco está situado entre as latitudes 21° e 7° e é tradicionalmente dividida em 04 regiões:

- Alto Médio São Francisco: Estende-se da nascente até a cidade mineira de Pirapora, abrangendo as sub-bacias dos rios das Velhas, Pará, Indaiá, além das sub-bacias dos rios Abaeté a oeste, e Jequitaí a leste que conformam seu limite. Situa-se em Minas Gerais, abrangendo a Usina hidrelétrica de Três Marias e apresenta topografia ligeiramente acidentada, com serras e terrenos ondulados e altitudes de 1600m a 600m. O divisor leste é formado pelas montanhas da Serra do Espinhaço, com altitudes de 1300m a 1000m. Do lado oeste destaca-se a Serra Geral, cujas cotas oscilam entre 1200m e 800m. Sobressaem ainda, os escalonamentos de superfícies de erosão até a Depressão San Franciscana, em direção à calha do rio e dos principais afluentes, cuja cota, em Pirapora, é de cerca de 450m. A vegetação é constituída de florestas e cerrado. É uma região de muitas chuvas (de 1500 a 1.000 mm anuais) no verão, que caem de novembro a abril. A temperatura média anual é de 23°. As diversas características climáticas classificam a região como tropical úmida, sendo que em algumas partes é temperada.
- Médio São Francisco: entre Pirapora e Remanso-BA incluindo as sub-bacias do afluente Pilão Arcado a oeste, e do Jacaré a leste. Além dessas, há as sub-bacias dos rios Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente, Grande, Verde Grande e Paramirim, situados nos Estados de Minas e Bahia. Suas condições climáticas vão se tornando mais características de uma região tropical semi-árida. Sua altitude varia de 2000 a 500 m e é onde se localizam as planícies eluvio-coluvio-aluviais da Depressão San Franciscana. A temperatura média anual é de 24°C, e a evaporação é de 2.900mm anuais. As chuvas caem de novembro a abril com precipitação média anual entre 1400mm a 600mm. A

Vegetação é do tipo Cerrado e Caatinga. A margem esquerda do São Francisco é bem mais úmida, com rios permanentes e vegetação perenifólia. Na margem direita, a precipitação é menor, os rios são intermitentes e a vegetação é típica de caatinga.

- Sub-médio São Francisco: de Remanso até Paulo Afonso-BA e inclui as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão e Vargem, além da sub-bacia do Rio Moxotó, último afluente da margem esquerda. As altitudes variam de 800 a 200 m. A precipitação média anual chega a 350 mm na região de Juazeiro/Petrolina e a máxima é de 800mm, nas serras divisórias com o Ceará. A Caatinga predomina em quase toda a área.
- Baixo São Francisco: de Paulo Afonso até a foz no Oceano Atlântico compreendendo as sub-bacias dos rios Ipanema e Capivara. A altitude varia de 200m até o nível do mar. A vegetação é de dois tipos: caatinga, no trecho mais alto, e mata, na região costeira. Clima tropical semi-úmido⁶.

⁶ Dados referentes a divisão da Bacia do São Francisco foram retirados do almanaque Vale do São Francisco, edição 1^a – 2001, elaborado pela Codevasf – Cia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Quadro 1: Características geográficas da bacia do rio São Francisco

CARACTERÍSTICAS	ALTO Da cabeceira a Pirapora-MG	MÉDIO De Pirapora-MG, a Remanso-BA	SUB-MÉDIO De Remanso-BA a Paulo Afonso-BA	BAIXO De Paulo Afonso-BA a Foz.
ALTITUDE (m.a.n.m)	1600 – 600	1000 – 400	400 – 300	500 – 0
EXTENSÃO (Km)	630	1.090	680	274
DESNÍVEL(m)	700	50	250	200
CONDIÇÕES DAS ÁGUAS	Rápidas, mais fracas e oxigenadas	Rio de planalto, pouco velozes e sujeito a grandes cheias	Quase inteiramente represadas	Rio de planície, águas vagarosas, sob influência do mar.
TRIBUTÁRIOS	Perenes	Maioria perenes	Maioria temporários	Maioria temporários
CLIMA	Tropical úmido	Tropical semi-árido	Tropical semi-árido	Tropical semi-úmido
ESTAÇÃO CHUVOSA (meses)	Novembro a abril	Novembro a abril	Novembro a abril	Março a setembro
CHUVAS (Média anual; mm)	1500 – 1200	1400 – 800	800 – 400	400 – 1300
TEMPERATURA (média anual; C°)	18	27	27	25
EVAPORAÇÃO (média anual:mm)	2.300	2.900	3.000	2.300

m.a.n.m = metros acima do nível do mar.

Fonte: adaptado pela autora.

Por apresentar características geográficas muito variáveis, apresentamos no quadro acima um pequeno resumo das subdivisões descritas e suas diversas características. Os pescadores locais utilizam uma linguagem que descrevem as divisões do rio: em rio acima (a jusante) e rio abaixo (a montante). Um rio que abrange cinco estados brasileiros, possuindo uma numerosa e diversificada população às suas beiras. Essa população cultua crenças e costumes, em que sua gente, sua flora e fauna, o clima e vegetação divergem-se e ao mesmo tempo se entrelaçam nessa vasta cultura. O rio confirma a vital importância social, cultural e econômica para os homens que aqui se instalaram, tomando suas beiras como morada, tornando o seu espaço e lugar de vivência, sobrevivência e de interação com a natureza.



Figura 1: Mapa da Bacia do São Francisco

Fonte: adaptado pela autora - Agência Nacional de Águas – ANA, 2006

1.1. O processo de ocupação e povoamento do rio e seus múltiplos sujeitos sociais

Era o dia 04 de outubro de 1501, quando o europeu Américo Vespúcio, chega a Foz de um grande e caudaloso rio. Por ser aquele o dia de São Francisco de Assis, os exploradores europeus decidiram batizá-lo como rio São Francisco. Até então suas imediações eram habitadas por nações indígenas que o chamavam de Opará – que significava rio-mar.

Richard Burton⁷ (1821-1890), explorador britânico relata:

O autor de “Notícias do Brasil” (1589) informa-nos que as tribos, outrora numerosas e agora extintas, dos caetés, tupinambás, tapuias, as amorpilas, ubirajaras e amazonas – naturalmente havia também amazonas – que viviam nas margens desse rio, o chamavam de “Pará”, o mar. Os antigos exploradores portugueses desceram a costa de calendário em punho, e assim, o São Francisco (de Borja) deve seu nome ao santo jesuíta a quem é consagrado o dia 10 de outubro. Varnhagen atribui a honra à pequena esquadra de cinco caravelas que comandada por João da Nova e tendo a bordo como piloto e cosmógrafo Vespúcio, partiu de Lisboa em meados de maio de 1501 (BURTON, 1977, p.167).

Quando esses viajantes chegam às suas margens, já encontram o Vale do São Francisco, ocupado, inicialmente pelas tribos indígenas dos Caeté, Ubirajara, Tuchá, Tupinambá, Tapuia, Amaiporá, Cariri e Caiapó, que foi sendo substituída a partir do seu descobrimento pelos portugueses, por colonos que acompanhavam o rebanho bovino, estendendo a área da colônia para o interior. Para não danificar os canaviais, o gado precisava sair do litoral e ser tangido para o sertão, tomando cada vez mais as terras dos índios (HALFELD, 1873).

Já no século XII, a notícia de ouro na região das cabeceiras do São Francisco espalhou-se depressa, atraindo um grande contingente de exploradores e aventureiros. O rio firma-se como importante estrada para abastecer de carne e

⁷ Obra Exploration of the highlands of the Brazil, traduzido em português em 1977.

outros gêneros, os homens das minas. Nessa caminhada histórica, vários estudiosos relatam a penetração das primeiras expedições nos sertões do São Francisco.

Vasconcelos (1999, p.49), por exemplo, comenta sobre a expedição comandada por Spinosa em direção ao Jequitinhonha, partindo de Porto Seguro em 1554, tomando o rumo nordeste até a Serra de Grão-Mogol.

Barreto (1995), por sua vez, faz o seguinte relato sobre a expedição de Spinosa:

Em fins de 1553, logo depois que Tomé de Sousa passou o governo de sua Capitania para Duarte da Costa, o castelhano Francisco Bruza Spinosa, por ordem de Duarte da C, atirava-se aos descobrimentos com a 1ª expedição que partiu da Bahia e penetrou os sertões mineiros, em busca das famosas esmeraldas que tanto falavam os índios Tupinaki, por compreenderem a importância que os portugueses davam as tais pedras. Essa expedição “segundo a narrativa do Padre Aspilcueta Navarro, que dela fez parte,” depois de muito andar, chegou a um grande rio (o Jequitinhonha), alongou-se por uma dilatada serra onde nasce o rio das Ourinas (rio Pardo). Daí seguiu até descobrir um rio caudaloso (o São Francisco), do qual retrocedeu exausta e dizimada, depois de cruentas lutas contra os selvagens e contra toda e mutifária agressão da natureza bravia. Spinosa, o primeiro desbravador destas plagas de Minas, se não logrou grande êxito em sua ousada tentativa, em compensação deixou o seu nome indelevelmente ligado aos primórdios da história de nossa civilização. E o Navarro foi o primeiro que pisou as terras de Minas, batizando mineiros e combatendo antropófagos; e o que ergueu a primeira cruz em território mineiro, nessa entrada. Foi também o primeiro geógrafo, cronista e naturalista de Minas, descrevendo alguns dos nossos rios e montanhas, fauna e os aborígenes (BARRETO, 1995, p. 79-81).

Geraldo Rocha (1940) também descreve a ocupação da porção do baixo vale do São Francisco por Garcia d'Àvila, que participou da comitiva de Tomé de Souza:

Garcia d'Ávila, Guedes de Brito e seus sucessores espalham em fins do século XVI e por todo o século XVII os seus curraes pelas margens do São Francisco e nas de seus afluentes, de lá se propagando pelos sertões nordestinos de Pernambuco, Ceará, Goyáz, Rio Grande do Norte, Parahyba, e Maranhão. Foi assim o vale do São Francisco o condutor do desbravamento e aproveitamento econômico da maior parte do território nacional. Na fase açucareira da Colônia, quando o Brasil detinha o cetro do fornecimento de açúcar ao mundo civilizado, era o gado originário do vale do grande rio que abastecia de carne a população lavradora do litoral, acionava as engenhocas ou transportava cana nos pesados carros coloniais para as proximidades das moendas. Por ocasião da descoberta do ouro e do desenvolvimento da mineração no século XVIII já o vale do São Francisco se achava repleto de gado, com várias vilas florescentes e aldeamentos protetores instalados para reduzir os silvícolas (ROCHA, 1940, p. 15).

Diante do histórico descrito fica claro que o processo de ocupação do São Francisco, se estabeleceu ao penetrar pelo vale, do norte para o sul, em direção oposta à corrente:

Garcia d'Ávila um dos grandes vultos da História pátria, escolheu pontos estratégicos e apropriados, construindo currais primitivos, deixando em cada um deles um casal de escravos, dez novilhas, um touro e um casal de eqüinos, lançando assim a semente da maior e mais notável das riquezas nacionais (ROCHA, 1940, p.16).

Na ocupação de suas margens, vários sujeitos sociais, pertencentes a diversas culturas, vão se incorporando e organizando-se com modos de vida diversificados na apropriação do espaço e na identificação do lugar. Nesse sentido, Tuan (1983) mostra que a determinação da transposição de um espaço para um lugar implica numa carga de afetividade que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo vivido.

Na trajetória do processo de ocupação e do povoamento do rio São Francisco, homens e mulheres vão se fixando às suas beiras, incorporando saberes que se manifestam cotidianamente em uma cultura própria. Os espaços são transformados não só em espaços de produção, mas em espaços de vivência e interações com o meio físico-natural, místico; onde lendas, tradições, mitos, memória refazem o caminho cultural desse povo, que segundo Claval (2001) é a:

Soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é a herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram (2001.p.63).

Assim a cultura do povo ribeirinho, sertanejo, barranqueiro (termos utilizados pelo povo das barrancas do velho Chico) vai sendo construída ao longo das relações do homem com o espaço e por suas percepções e interpretações. Na concepção de Neves(2004), o barranqueiro se mostra:

Termo pertencente à linguagem regional do Médio São Francisco. Até os anos de 1960, designava o homem ribeirinho – em geral. O camponês e o pescador – que vivia no barranco à beira do rio. A partir daquela década intensificou-se o processo de urbanização regional, sendo a população urbana atualmente maior que a rural. Assim a palavra Barranqueiro passou a designar indistintamente todos os habitantes da ribeira, sejam do campo ou das cidades (2004, p.8).

Considerando a cultura como interpretação da realidade, Geertz (1989, p.15) afirma que “A relação do homem com o mundo é sempre mediada por suas ferramentas. Ele constrói, aprende e interpreta a realidade a partir dos instrumentos que lhe são fornecidos pela cultura”.

Assim, a interpretação da realidade local pelo povo barranqueiro propiciou a utilização do espaço, através de ferramentas diversas que deram origem a uma cultura própria e diversa, onde a sua sobrevivência se concretiza de várias maneiras, sendo a pesca e o cultivo de vazantes algumas delas. Dessa forma, a presença do rio tem sido o grande vínculo, que até os dias atuais, garante a sobrevivência do ribeirinho atrelada às condições históricas e sociais, de forma específica, e traz à tona uma cultura regional.

1.2. O rio, aqui onde estamos

Até aqui vimos, como em tantos outros trabalhos semelhantes a este, o rio São Francisco descrito e narrado em sua história antiga e em suas grandes extensões, mesmo quando reduzido ao seu apenas trecho “mineiro”, entre a Serra da Canastra, o seu nascedouro e a divisa com a Bahia.

Coloquemos agora, por um breve momento, o nosso rio sob uma grande lente de aumento. O que podemos ver quando olhamos com detalhes a porção do rio compreendida entre o trecho situado um pouco acima da ponte Marechal Hermes e o lugar onde, rio abaixo, o São Francisco sai de Pirapora e de Buritizeiro, em suas duas margens e navega em direção à barra com o rio das Velhas, caminho o mais Norte de Minas, caminho da Bahia, caminho do Nordeste e... rio abaixo, caminho do mar?

Sabemos que o rio separa e as pontes sobre ele unem dois municípios, duas cidades: Buritizeiro e Pirapora.

Saí, vim destes meus Gerais; voltei com Diadorim. Não Voltei? Travessias... Diadorim, os rios verdes. A lua, o luar; vejo esses vaqueiros que viajam a boiada, mediante o madrugal, com lua no céu, dia depois de dia. Pergunto coisas ao buriti; e o que ele responde é; a coragem minha. Buriti quer todo azul, e não se aparta de sua água carece de espelho. Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende. Por que é que todos não se reúnem, para sofrer e vencer juntos, de uma vez? Eu queria formar uma cidade da região. Lá nos confins do Chapadão, nas pontas do urucuia. O meu Urucuia vê claro, entre escuros. Vem cair no São Francisco, rio capital. O São Francisco partiu minha vida em duas partes (GUIMARAES ROSA, 1986, p.270-271).

Dos dois lados do rio algumas cenas são muito semelhantes. Imaginemos uma tarde de sábado no mês de janeiro. Reconheçamos que choveu pouco até agora, de modo que o rio não está ainda nem bastante cheio e nem ainda com as suas águas cor de barro. Não chove nesta tarde e o fim do dia promete um belo pôr-do-sol.

De um lado e do outro do rio, diferentes pessoas e diversos grupos de pessoas podem ser vistas ao longo de porções de terra, entre campos de cerrado e, nas duas cidades, ruas de chão de areia e pedra, ou ruas asfaltadas, terrenos vazios na beira do rio e logradouros de Buritizeiro e de Pirapora.

Procuremos, então, conhecê-las. No quase fim-de-tarde alguns homens caminham apressados pelas ruas que em Pirapora chegam ao rio, ou o margeiam. Para eles nem parece um fim de tarde de sábado. São comerciantes, empregados disto e daquilo voltando do trabalho para casa; homens de trabalho no campo e na cidade, para quem mesmo num sábado o “dia de trabalho” termina quase que com o fim do dia. Mas para outros homens e mulheres o “dia-de-trabalho” está apenas começando. Eles são as pessoas que trabalham nos quiosques de bares na orla do rio. Agora limpam as mesas, varrem espaços dentro do bar e ao redor dele, enfim, preparam os locais para a tarde e a longa noite. Algumas pessoas “de folga” já chegaram e ocupam as primeiras mesas. Pares de namorados, ou amantes do fim-da-tarde vão até a murada que, não muito longe dos bares da orla, dá para uma parte do rio onde, em Pirapora, uma pequena barragem (os homens e suas manias de barragens) represa uma porção pequena do rio e forma duchas refrescantes. Vários banhistas do lugar e de fora podem ser vistos por ali.

Mais abaixo, seguindo o curso do rio, há um lugar ainda às margens de Pirapora onde um velho vapor recuperado espera os turistas para o passeio de domingo e, outro, aos pedaços, arruinado, descansa suas memórias sobre a areia. Ali, crianças, jovens, adultos e até mesmo alguns velhos deixam-se ficar pela praia diante de uma pequena ilha que as águas do verão, de vez em quando, fazem desaparecer. Mais rio-abaixo um campo de futebol reúne dois times de homens de pele queimada do sol e de calções e camisetas que estarão jogando futebol até quando quase não for mais possível saber onde a bola está.

Quem olhar com cuidado alguns trechos da orla poderá entrever algumas pedras gastas por anos e anos de ação de sabões e pelo trabalho dos panos de roupa de mesa e de cama que as lavadeiras branqueiam. Serão poucas, pois este não é um trabalho para uma tarde de sábado. Voltarão na manhã de segunda feira em maior número e com mais roupas.

Alguns turistas fotografam o rio que, agora sim, começa a refletir as cores dos poentes do sertão, em águas não tão claras quanto as de julho a setembro. Por um momento o rio São Francisco é pardo e verde, é azul e roxo, é lilás e laranja. Mas logo tudo será noite e o rio então será o espelho da lua e das estrelas que por milênios e milênios vêm ao São Francisco ver e banhar os seus rostos de luz.

Agora, na medida em que escurece, os bares começam a encher de gente. As mesas rodeiam risos e conversas sem rumo. Garrafas de cerveja se sucedem e, em algumas mesas, elas se acompanham de tira-gostos que vão da universal batata-frita a porções de peixes.

Peixes que em maioria chegam do mesmo rio visível de algumas mesas. Ali estão mais nas margens do que dentro do rio, alguns pescadores amadores jogam anzóis e esperam que pelo menos três ou quatro peixes pequenos caiam em suas armadilhas. Mas dentro do rio estão outros pescadores. Eles vieram caminhando entre pedras e escolhem locais das corredeiras mais próximas da margem de Buritizeiro do que da de Pirapora. Bem ao contrário dos pescadores turistas, mais do que amadores e mais parecidos com os pescadores de anzol-e-linha do lugar, eles estão descalços, com calções, bermudas ou calças arregaçadas. Chegam sérios, ora sozinhos, ora aos pares e bem se vê que, ao contrário dos outros, não estão dentro do rio em busca do peixe-da-janta, por esporte ou curiosidade (“dando banho na minhoca”), mas estão ali a trabalho.

São os pescadores profissionais. Quem tivesse por acaso ou por dever do ofício (como no caso de uma pesquisa de campo) passado todo um dia e parte da noite na beira do rio, poderia ver que os mesmos locais de corredeiras raramente ficam vazios por muito tempo. Em seguidos momentos do dia e da noite pescadores chegam, pescam e se retiram. Outros os sucedem e ocupam os seus lugares.

São raras as mulheres e alguns homens que, em vários casos, cresceram dentro do rio e com os seus pais aprenderam os segredos do ofício da pesca. Sabem “ler” o rio São Francisco, sobretudo nos locais costumeiros de suas pescarias profissionais. Sabem “ler” o rio a cada hora do dia, em cada lugar de pesca, a cada estação do ano. Vivem do rio e lamentam que hoje em dia o rio São Francisco tenha bem menos vida do que teve outrora. Do que tinha até alguns anos atrás.

É sobre eles, suas vidas, seu trabalho, seu cotidiano, que falaremos daqui adiante.

1.3. Pirapora e Buritizeiro – entre o sertão e o velho Chico

A origem do nome Pirapora, segundo dados, partem de três hipóteses: Pira-Poré, tendo o sentido de “lugar onde o peixe salta; Pirá-Pora, que significa” morada do peixe “e Pirá-Por” o pulo do peixe⁸.

O atual município era habitado e dominado pela tribo dos índios Cariris, possuindo areias reluzentes, águas cristalinas de suas corredeiras e as verdejantes matas dos Cerrados que margeavam o rio São Francisco.

⁸ Para elaboração do texto, trazendo o processo histórico do município utilizamos a obra “Pirapora: Um porto na história de Minas, e alguns apontamentos do Programa de Desenvolvimento Local – Grande Sertão - Sebrae-MG.

Em 1534, a região hoje correspondente ao norte de Minas pertencia à jurisdição da capitania de Porto Seguro-BA. Na busca de novos territórios, travavam-se assim batalhas entre índios que ocupavam a região e os bandeirantes que vinham desbravar os Sertões. Nessa trajetória o engenheiro Halfeld, em sua viagem descreve:

A povoação de Pirapora é composta por 30 a 33 casinhas cobertas de capim ou palha de coqueiro habitado por pescadores e suas famílias, que se ocupam em apanhar peixe, secá-lo ao sol sob varais, e vendê-lo as tropas que o vão procurar, e leva-lo na maior parte para as cidades, vilas, arraiais e serviço de mineração no Distrito da Diamantina (HALFELD, 1873, p.3).

Começa a chegada sucessiva de alguns pescadores, garimpeiros, aventureiros e pequenos criadores de gado, iniciando-se através da criação de gado, uma atividade econômica fixadora das populações, promovendo o povoamento.

Dentre as diversas atividades, a de maior relevância era a pesca. O peixe secado em varas era comercializado com os tropeiros que vinham de outras regiões. Os moradores de Pirapora foram paulatinamente exercendo e desenvolvendo funções, constituindo suas famílias e fixando residências definitivas.

O Distrito de Pirapora foi criado em 1861. Doze anos depois, a lei provincial nº 1.996 de 1873 agrega ao município de Jequitaiá toda a região de Pirapora e de São Gonçalo das Tabocas, além da própria sede, Guaicuí, que perdeu a condição de vila e volta a ser um arraial. Somente barcos e canoas chegavam até o arraial de São Gonçalo de Pirapora. A navegação a vapor pelo Rio São Francisco, só começaria em 1871. A partir de 1902, o vapor “Saldanha Marinho” iniciaria o tráfego regular com o arraial.

Em 1894 a Companhia Cedro e Cachoeira, de Curvelo-MG, por decisão de seus proprietários, resolvem construir e instalar um grande depósito para a compra de algodão e venda de tecidos.

A instalação do depósito da Cedro Cachoeira em Pirapora deu início ao crescimento desse vilarejo que , mais tarde, como previam os diretores da Cia, seria o local escolhido como ponto terminal da Central do Brasil (...) Quando a estrada de ferro chegou a localidade já era uma cidade próspera (MATA MACHADO, 1991, p.124).

Uma nova fase na vida do lugarejo começaria com a instalação em 1º de junho de 1912 da sede do município. O distrito de Pirapora seria desmembrado do município de Curvelo.

Em 1918, chega à Pirapora a ferrovia, cujo projeto previa a sua extensão até Belém do Pará. Esse fato traz um grande impulso para o município, tornando-o a maior expressão econômica das margens do São Francisco em Minas Gerais. Por muitos e muitos anos a estrada de ferro foi o único meio de transporte e comunicação com os grandes centros. Transportava carga e passageiro sendo fator de progresso para a comunidade. Serviu de referência para os comerciantes que faziam questão de acrescentar em seus anúncios a expressão “EFCB”.

Com a criação da Sudene, Pirapora dá um passo rumo á industrialização e ao crescimento sócio-econômico. Sendo servida pela energia da Cemig⁹ a partir de janeiro de 1965. Nesse sentido, Rodrigues afirma que:

Com o desenvolvimento das ferrovias e rodovias, no início deste século e depois da metade, com a incorporação do Norte de Minas a área da Sudene, a economia regional teve suas relações comerciais com o resto do país e com o próprio estado de Minas Gerais ampliadas, gerando novas possibilidades econômicas (2000, p. 105).

⁹ CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais.

Já em 1963, constitui-se a Companhia de Navegação do São Francisco – Franave e, a cidade industrial de Pirapora, denominada mais tarde Distrito Industrial em 1964.

Em 1975, criada sob a forma de empresa pública a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf surge para cuidar da irrigação e de projetos agropecuários na Bacia do São Francisco. Conclui-se em 1978 o Projeto de Irrigação que possibilitou a produção de uvas, mamão, pepino, melancia, manga e diversas frutas, constituindo-se em um dos maiores produtores de frutas do estado.



Figura 2: Pólo de fruticultura. Pirapora MG
Fonte: da autora - 2006.

Ao longo de seu processo histórico Pirapora reuniu referências para estabelecer seus marcos culturais em várias obras de escritores e estudiosos que descreveram com precisão elementos característicos da região, de seu povo e de sua cultura. Falamos de um lugar que tem história, de uma cultura diversa, conforme se pode notar no trecho a seguir.

Foi a ressonância da alma barranqueira do Piraporense.
Cada batida de caixa, acorde de viola; sapateado de catira; saracoteio no lundu; cada volta do quatro ou marrada forte no carneiro; a dolência das canções que pareciam brotar na alma do sertanejo, do barranqueiro¹⁰...

1.3.1. Buritizeiro

O Município de Buritizeiro tem sua história ligada ao Rio São Francisco. O bandeirante Manoel Toledo conquistou a tribo Caiapó, habitantes de sua margem esquerda, dando-lhe o nome de São Romão e após outros nomes surgem: Santo Antônio da Manga, São Gonçalo das Tabocas, Santo Antônio das Tabocas e Pirapora d'Além São Francisco. Em 1861 passou a chamar São Francisco de Pirapora, mas só em 1923 recebe seu nome definitivo de Buritizeiro.

O nome de Buritizeiro teve sua origem devido a grande quantidade de palmeiras de Buriti, planta característica das veredas¹¹ e que fez parte do cenário utilizado por Guimarães Rosa (1986).

Pergunto coisas ao Buriti; e o que ele responde: é coragem minha. Buriti quer todo o azul, e não se aparta de sua água – carece de espelho> Mestre não é aquele que ensina, mas quem de repente aprende (GUIMARÃES ROSA 1986, p.270-1).

Por vários anos foi distrito de Pirapora. Sabe-se que em épocas remotas a região era habitada pelos índios Caiapós, e com a chegada dos brancos esses índios se retiraram. Os primeiros habitantes vieram para cá, atraídos pela possibilidade de cultivarem a terra, de exercerem trabalho de mineração, caça, pesca e pela farta pastagem que facilitaria a criação de gado. O Distrito de São

¹⁰ Trecho publicado no jornal Corrente de 30 maio 2003 pelo autor João Naves de Melo – membro efetivo da Comissão Mineira de Folclore.

¹¹ Dados históricos de Buritizeiro – fonte da Prefeitura Municipal local.

Francisco de Pirapora veio emancipar-se em 30 de dezembro de 1962, pela lei estadual de nº 2764.

1.3.2. Características dos municípios

Pirapora está situada à margem direita e Buritizeiro, à margem esquerda do Velho Chico. Esses municípios apresentam diferenças em relação ao número populacional. Buritizeiro é o quinto maior município em extensão territorial de MG. As temperaturas, altitudes, clima e vegetação são muito parecidos, conforme Quadro 2. Apresentamos as características demográficas desses municípios na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Características demográficas Pirapora e Buritizeiro - MG – 2000

Município	População	Área km	Densidade
Pirapora	50.269	549,27	91,52
Buritizeiro	25.876	7.226	3,58
Minas Gerais	17.146.780	588.384	29,14

Fonte: adaptação da autora, dados do IBGE – Censo Demográfico 2000 e Pesquisa por amostra de domicílios – 1998.

Os dados apresentados na Tabela 1 confirmam a grande diferença dos municípios relacionados à extensão territorial, população e densidade demográfica. Buritizeiro apresenta vazio populacional em muitas áreas do município, sendo a área urbana mais concentrada.

Quadro 2: Características físicas dos Municípios

Características	Pirapora	Buritizeiro
Área	581 Km	7.255,6Km
Temperatura Anual	23° a 28°	24°a 30°
Altitude	472 metros na sede	538 metros na sede
Precipitações	900/1200 mm	1.078 mm
Clima	tropical	Tropical
Vegetação	cerrado	Cerrado
IDH	0,704	0,499

Fonte: adaptação da autora, dados IBGE 2000.

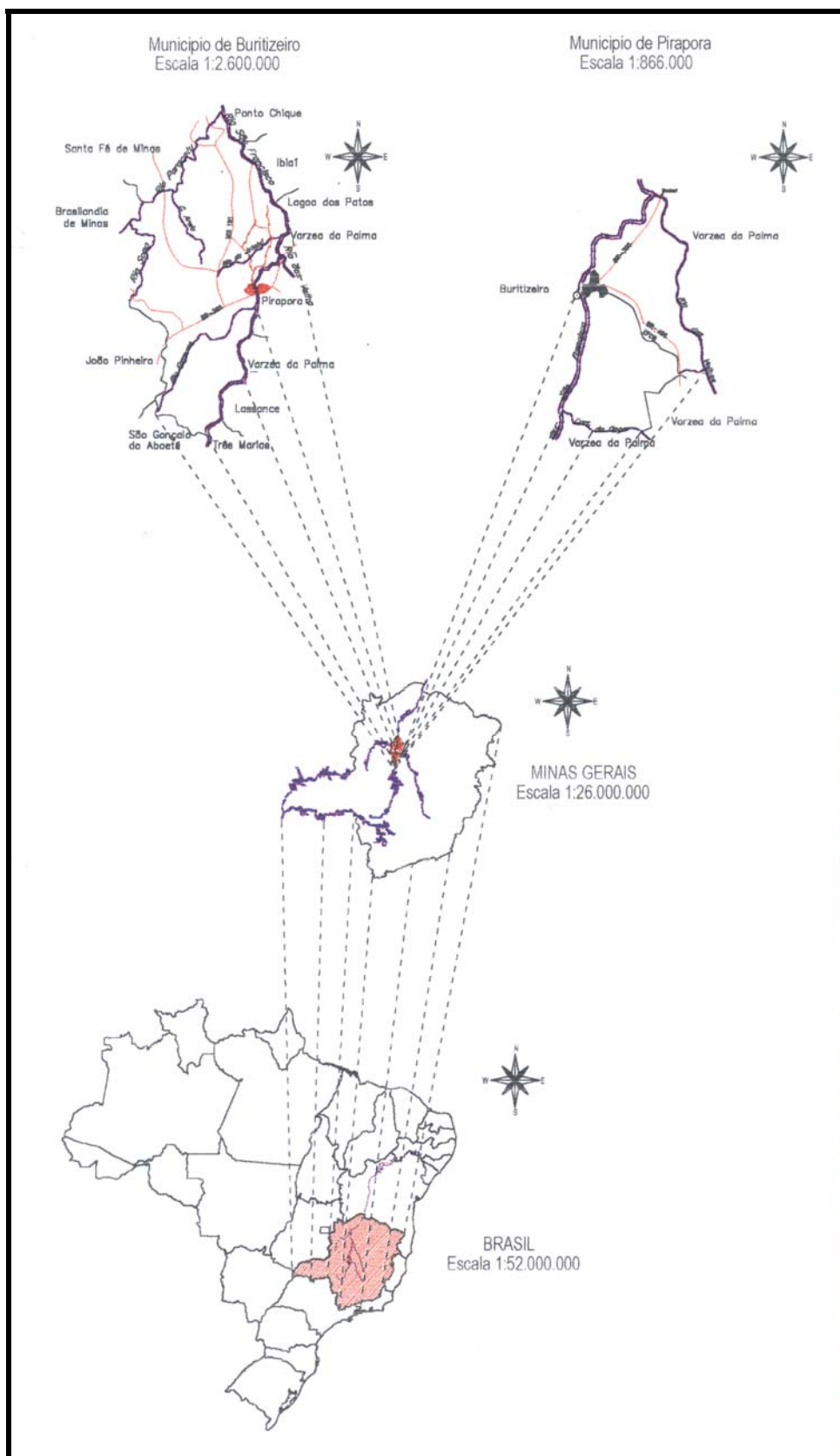


Figura 3: Mapa de localização dos Municípios de Buritizeiro e Pirapora
 Fonte: Programas GPS TRACK MAKERC e GEOOFFICE.

O norte de Minas é considerado como uma região de transição entre o Sudeste e o Nordeste brasileiro e possui inúmeras características geográficas, sociais e econômicas semelhantes as regiões nordestinas.

Diante do processo de ocupação das cidades norte mineiras – Pirapora e Buritizeiro, unidas pelo Rio São Francisco, situadas em área de Cerrado e separadas pela Ponte Marechal Hermes, fizeram parte de um mesmo processo de ocupação e povoamento, em que o rio se tornou o principal elo físico, econômico e social.

Pirapora desenvolveu-se sustentada em dois fatores determinantes: ponto inicial da navegação do Velho Chico - porto fluvial e a Estrada de Ferro Central do Brasil - EFCB (1918).

“É a partir de 25 de outubro de 1898 que Pirapora passa a ser oficialmente o porto extremo da navegação a vapor do Rio São Francisco.”¹²



Figura 4: Vapor Benjamim Guimarães
Fonte: Prefeitura Municipal de Pirapora – 2006.

¹² Texto retirado do Jornal Corrente Milésima Edição agosto de 2003, escrito por Fernando da Mata Machado, autor do livro Navegação do Rio São Francisco, Topbooks, 2002, 434 páginas.

Buritizeiro veio emancipar-se muitos anos depois, em dezembro de 1962. A partir da criação da Sudene, o modelo de desenvolvimento que vigorou no Norte de Minas nas últimas décadas foi sustentado nos grandes projetos industriais, de reflorestamento e de irrigação. Buritizeiro desenvolveu-se com a implantação de projetos agropecuários, em que proprietários de grandes latifúndios, com monoculturas de soja, café, algodão e grandes plantações de eucalipto. Esse processo acarretou em destruição quase total da área de Cerrados da região, pois é o 5º maior município em extensão territorial de Minas Gerais, com um potencial hídrico enorme.

O histórico de surgimento das cidades estudadas confunde-se com o histórico do modelo desenvolvimentista nacional, que passa por políticas que estimulam a ocupação dos Cerrados, pela expansão da agricultura e da pecuária. Passa do sistema de estradas de ferro e navegação fluvial para o modelo da implantação de estradas de rodagem e industrialização. Dentro desta perspectiva, foram implementados programas de desenvolvimento, que foram selecionados para a região Norte e Noroeste de Minas, que tivessem caráter relevante para o setor industrial, a agropecuária e o reflorestamento regional.

Nesse sentido, deve-se destacar a instituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, pela Lei nº. 3.962 de 15 de dezembro de 1959, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, extinta em 2001, transformando-se na Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, através de medida provisória do governo Federal, que tinha como metas:

- Promover o desenvolvimento do Nordeste;
- Realizar direta ou indiretamente estudos, pesquisas e diagnósticos;
- Atuar no planejamento e coordenação dos investimentos federais na região.

A Sudene atuou sobre uma área englobando o Nordeste Brasileiro, o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas. Em Minas Gerais, a indústria e a agropecuária foram os setores que mais receberam incentivos. Com esses incentivos, o município de Pirapora transforma-se em Pólo Industrial dinâmico e atuante, com recursos para o setor agropecuário e agroindustrial. Os municípios que concentraram esses recursos foram Buritizeiro, Pirapora, Manga e Janaúba.

Nesse contexto, entre o Velho Chico e o Cerrado, as cidades de Pirapora e Buritizeiro, separadas pela Ponte Marechal Hermes e unidas pelas águas desse rio, vivem um processo contínuo de urbanização em que o homem sertanejo tenta manter suas tradições diante da lógica do capital e do mundo urbano, tentando preservar sua sobrevivência.



Figura 5: Ponte Marechal Hermes
Fonte: Foto Caravelas - 2006.

1.4. A importância da pesca

O rio tornou-se o principal elo físico, econômico e social. Nessas cidades convivem duas realidades de pescadores:

- 1 - Os pescadores caracterizados como artesanais ou profissionais, institucionalizados nas colônias de pesca.
- 2 - Os pescadores que pescam nas corredeiras que, segundo relatos dos mesmos, em sua grande maioria não possuem a carteira de pesca, ou seja, não são cadastrados nas colônias.

Essa população de pescadores concentra-se principalmente em locais próximos à beira do rio, nos bairros do Bom Jesus (Barreiro) e Nossa Senhora Aparecida (Pitombeira), em Pirapora.

Em Buritizeiro existem pescadores em vários pontos da cidade e moram nos distritos do município como: Paredão de Minas, Sambaíba, Cachoeira da Manteiga. A colônia possui cadastros de pescadores de outras localidades próximas como: do Rio do Sono, São Romão, Três Marias, Cachoeira da Prata, Paraopeba, Barra do Guaicuí, Remanso do Fogo, Santa Fé de Minas.

A pesca é um meio de vida que comunidades do vale do rio São Francisco utilizam como subsistência e sobrevivência, cultuando tradições que passaram por gerações e gerações de homens e mulheres, até os dias atuais.

Sendo assim, o homem pescador é aquele que tem no ato de capturar ou extrair organismos aquáticos a sua principal fonte de trabalho. Estabelecendo uma relação entre a técnica de pescar e a execução do trabalho, os saberes de comunidades tradicionais baseiam-se em um entendimento de experiências nas relações com a natureza:

(...) Mas todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades ditas “tradicionais” e no seio de certos grupos agro-extrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico (CASTRO In: DIEGUES, 2000, p. 167).

A relação harmoniosa do homem-natureza, com seus saberes tradicionais, traduz a reprodução do seu modo de vida.

Segundo Diegues (1983), “a pesca representou uma importante fonte de alimentos anterior ao aparecimento da agricultura”. Diante desta afirmativa, o autor nos remete à certeza de que as primeiras atividades do homem foram atividades que sempre estiveram ligadas ao processo de coleta. O homem antes de caçador foi coletor tirando seu sustento daquilo que a natureza lhe oferecia. Assim o seu modo de vida, sua relação com a natureza, foram se transformando ao longo do tempo em um processo constante de adaptação às mudanças ocorridas.

Baseando-nos em pesquisas com pescadores no Brasil, a pesca surge primeiramente como meio de sobrevivência onde o trabalho se incorpora como fonte econômica. Nas comunidades de Pirapora e Buritizeiro, a pesca a princípio foi utilizada como forma de subsistência pelos primeiros habitantes que aqui chegaram (os índios), e diante do processo de ocupação veio a transformação ao longo do tempo. A pesca local, segundo relatos históricos e alguns depoimentos, estava ligada à produção de vazantes, numa relação de harmonia homem e natureza.

“Eu pesco desde 10 anos, criei meus dez filhos com a pesca, e a plantação nas vazantes do rio. Eu comercializava o peixe e o que eu plantava era pra família. Plantava mandioca, milho, feijão e assim me aposentei como pescador” (Depoimento pescador aposentado - Buritizeiro MG, 2006).

Esta situação foi se transformando e com a proposta de uma política de pesca para o Brasil, com o surgimento das colônias, uma série de leis, decretos, normas e portarias impõem regras e restrições às atividades da pesca profissional e amadora no Brasil, em Minas Gerais e especificamente na bacia do São Francisco. Iniciam-se os critérios e as categorizações para a pesca.

A pesca utilizada para estudos científicos, no controle ou manejo de espécies, deve ser autorizada previamente pelos órgãos competentes como Instituto Estadual de Florestas - IEF, órgão regulador Estadual ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão regulador Federal.

No passado, a região de Buritizeiro/Pirapora constituía-se num dos principais pólos de pesca fluvial do sudeste do Brasil, graças à riqueza de peixes proporcionada pelo rio São Francisco, e em suas corredeiras. Sua produção pesqueira era tão intensa que, já em 1860, o Engenheiro Halfeld cita em seus estudos a ocorrência da pesca para abastecimento da região mineradora das Minas Gerais (Diamantina).

Em histórico levantado sobre a região de Pirapora, em 1968 foi realizado pelo Sesi o relatório sócio-econômico a pedido da Sudene – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, constando a seguinte descrição: “a atividade principal do município é a pesca”. Em 1968 foram pescados 158.447kg de peixes. “Os principais pescados da zona são o dourado, o surubim e a curimatã; é de Pirapora que o produto se escoar...” (SILVA, 1999).

Nesse período, surge a regulamentação da pesca brasileira, com a criação da SUDEPE, através do Decreto de Lei nº. 221/1967, que atribuía a este órgão o ordenamento e a fiscalização pesqueira em todo território nacional.

A situação atual dos pescadores na região está vinculada a uma série de normas impostas pela legislação vigente que obedece a critérios legais. Para o

exercício da atividade pesqueira (seja ela profissional ou amadora), é obrigatória uma licença específica, pessoal e intransferível. Trata-se de uma autorização para o exercício da pesca, bem como para a guarda, porte, transporte e utilização de aparelhos de pesca. Os pescadores amadores não podem comercializar o que capturam, apenas os profissionais podem fazê-lo.

Diante deste processo, a legislação imposta dificulta a compreensão entre os pescadores e os legisladores sobre os direitos e deveres ligados ao exercício da atividade profissional.

As comunidades de pescadores demonstram um vasto universo de conhecimento, práticas e valores cotidianos que podem vir a contribuir na relação de manejo dos recursos naturais, tais como época reprodutiva dos peixes e conseqüentemente a melhor época para se estabelecer o defeso, como se pode constatar no relato a seguir.

“O ciclo natural muda, o período de chuva também muda. As espécies de peixe têm um período que em novembro já está pronto pra produção. Temos que ter um olhar mais técnico. A desova do peixe tem haver com a chuva. Por exemplo; curimatã, dourado, surubim nas primeiras chuvas. Acreditamos que tem que haver um consenso na lida do dia a dia, com o conhecimento científico. Nós não sabemos o científico, mas nós conhecemos os processos naturais de desova dos peixes” (relato pescador profissional).

A questão da organização da categoria de pescadores merece destaque. Possuem um sistema organizativo (colônias, federações estaduais e confederações nacionais). Esses sujeitos sociais passaram a questionar seus organismos de representação. Com a criação da SUDEPE (hoje extinta, substituída pelo IBAMA), pescadores em todo território nacional se submetem a uma legislação imposta por esse órgão, sem diferenciações regionais.

A legislação da pesca foi criada pelo Decreto-Lei Nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967.

A pesca se define: “Todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida”.

- A Pesca pode efetuar-se com fins comerciais, desportivos ou científicos.
- Pesca Comercial¹³ é a que tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor.
- Pesca Desportiva¹⁴ é a que se pratica com linha de mão, por meio de aparelhos de mergulho ou quaisquer outros permitidos pela autoridade competente, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial.
- Pesca Científica é a exercida unicamente com fins de pesquisa por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para esse fim.

Os efeitos deste Decreto-lei, de seus regulamentos, decretos e portarias dele decorrentes, se estendem especialmente:

- A) Às águas interiores do Brasil;
- B) Ao mar territorial brasileiro;
- C) Às zonas de alto-mar, contíguas ou não ao mar territorial, em conformidade com as disposições dos tratados e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil;
- D) À Plataforma Continental, até a profundidade que esteja de acordo com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil.

Os pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro-MG, segundo alguns depoimentos efetuados em pesquisa de campo, nos relatam as dificuldades no diálogo e relações entre as instituições reguladoras da pesca, tanto os institucionalizados nas colônias quanto os não institucionalizados, pescadores denominados clandestinos na linguagem do próprio grupo.

¹³ A pesca Profissional também é classificada como Pesca Tradicional.

¹⁴ A pesca Desportiva também é classificada como Pesca Amadora.

“É muito difícil o dialogo com a polícia ambiental, eles já chegam tomando os materiais nos tratam como bandidos. Sabemos que tem muito pescador que desrespeita as leis, mas temos pessoas que obedecem. Não concordamos que queimem nosso material apreendido, lutamos muito pra conseguir” (relato pescador profissional).

1.5. O histórico das colônias

A Marinha do Brasil, preocupada com a segurança do litoral e dos grandes rios brasileiros, no período das guerras mundiais na primeira metade do século XX, resolveu ordenar a vigilância do litoral e de grandes rios. Em 1919, o comandante Frederico Villar, depois de uma viagem de estudos aos Estados Unidos e Europa, sai do Rio de Janeiro no Cruzador José Bonifácio, criando as Colônias de Pesca.

Villar veio dividindo o litoral e os rios em “Zonas de Pesca”, combinando distância e número de pescadores. Onde havia em torno de 200 pescadores criava-se uma colônia de pesca. As colônias têm a letra “Z” como código inicial, devido ao Z de Zona de Pesca – sendo seguida de numeração em cada estado. Cada estado começa a numeração de forma seqüencial e assim sucessivamente. As colônias não foram criadas como Sindicatos¹⁵, mas como associação de pessoas ligadas à pesca; tanto que no início eram chamadas de Colônias de Pesca e não Colônia de Pescadores.

Na viagem de volta, Frederico Villar e outros oficiais elaboram o estatuto das Colônias e todo o sistema nacional de representação dos pescadores. Os militares tinham como objetivo principal organizar os pescadores para contribuir no sistema de defesa costeiro, mais do que para defender os interesses econômicos e sociais da categoria.

¹⁵Os sindicatos surgem no Brasil no final do séc. XIX, com vinda de imigrantes italianos e espanhóis; mas só em 1943 os Sindicatos são reconhecidos legalmente pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

Em 1º de janeiro de 1923, foi assinado o Estatuto para a Colônia de Pesca, em forma de aviso, pela Marinha do Brasil. Neste Estatuto os objetivos propostos foram:

- 1- Criar postos de saneamento rural, para cuidar da saúde dos pescadores;
- 2- Aproveitar industrialmente o pescado;
- 3- Tomar medidas de apoio à pesca (estaleiros, etc.);
- 4- Organizar viveiros da marinha e Reserva naval da República;
- 5- Criar escolas primárias e profissionais de Pesca;
- 6- Desenvolver a piscicultura e combater a pesca predatória.

Durante um longo tempo a Colônia de Pescadores foi tradicionalmente controlada por agências do Governo Federal, tanto que os presidentes das Colônias eram, até pouco tempo, indicados por políticos municipais ou oficiais do Governo Federal.

Nessas colônias, qualquer pessoa ligada à pesca poderia ser sócio: patrões de pesca, donos de fábrica de gelo, donos de frigoríficos, armadores, comerciantes de apetrechos de pesca, funcionários de órgãos públicos ligados à pesca, pescadores amadores e também pescadores artesanais. Cada um desses grupos tinha interesses diferenciados.

Surge em 1970, em Pernambuco, o Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP, que capacita e organiza os pescadores. Inicia-se o processo de transformação das Colônias de Pescadores, com a conquista das diretorias das Colônias, que se espalham pelo Brasil, principalmente, no Norte e Nordeste.

Em 1979, em Santarém, na região do Baixo Amazonas, com apoio da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional - FASE, do movimento de Educação de Base - MEB, ligado à igreja católica, surge um movimento de oposição à diretoria da Colônia de pescadores Z-20 em Santarém, que era ocupada

por um pecuarista, dirigente do sindicato rural patronal, dono de diversas fazendas no município. O movimento só obtém a vitória em 1982.

Já em 1985 com a eleição de Tancredo/Sarney, os pescadores, com apoio da CPP e de Ong's, criam um Movimento que se chamou Constituinte da Pesca. Teve como principal objetivo articular os pescadores para garantir mudanças na legislação e a transformação das Colônias de pescadores em Sindicatos.

Em 1988 no artigo 8º da Constituição Brasileira, finalmente, as Colônias são equiparadas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Art. 8º - É livre a associação profissional ou sindical...

Parágrafo Único – As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer¹⁶.

A Estrutura do Sistema Sindical dos pescadores Artesanais está organizada da seguinte forma, como se apresenta no quadro que se segue:

¹⁶ Trecho do histórico das colônias de pesca retirado do material de oficina de sensibilização e capacitação para Co-Gestão da pesca, realizada em Três Marias – MG em abril 2004. Realizadores: (IARA, UFSCAR, PPA).

Quadro 3: Sistema Sindical dos pescadores

ORGANIZAÇÃO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO
1º Grau (base)	Colônia de Pescadores	Reúne e associa pessoas físicas, que representam a si mesmos.
2º Grau	Federações	Reúnem Colônias de pescadores, que são pessoas jurídicas, que representam os pescadores de sua base territorial. Normalmente são de um Estado.
3º Grau	Confederações	Reúne as Federações que representam as colônias de Pescadores. No Brasil a maioria das Confederações é de caráter nacional, sendo possíveis confederações regionais.

Fonte: adaptação da autora, dados da Oficina Co-gestão pesca Três Marias – MG, 2004.

De acordo com esse sistema organizacional, em 1978 é oficializada a primeira colônia de Minas Gerais, que é a de Pirapora, denominada Z-1.

Em 1978 é oficializada a primeira colônia de Minas Gerais, em Pirapora denominada Z-1. As demais colônias foram oficialmente criadas na década de 1980, com o apoio da Sudepe, antigo órgão Federal responsável pela regulamentação da pesca. Algumas colônias, como as de Pirapora e Januária, conseguiram financiamento junto ao governo e às organizações internacionais para a construção de espaços para reuniões e para a compra de equipamentos para a produção de gelo a armazenamento do peixe (THÉ 2003, p.119).

Várias colônias foram sendo criadas, com o apoio da Sudepe antigo órgão Federal responsável pela legislação da pesca em todo território Nacional. A colônia de Buritizeiro - MG, a Z-21, só se oficializa em 2004, passando de Associação dos pescadores do vale do São Francisco para Colônia.

Apresentamos na tabela a seguir, a realidade do número atual de pescadores inscritos nas colônias de pesca, baseado em dados da SEAP¹⁷.

Tabela 2: Número de pescadores profissionais ou artesanais em Minas Gerais

Local	Número de pescadores.
Minas Gerais	16.778
Pirapora	629
Buritizeiro	225

Fonte: SEAP 2006.

Este quadro demonstra que a atividade da pesca ainda é utilizada no Estado de Minas Gerais, e nos dois municípios, trazendo renda para muitas famílias de profissionais da pesca. Porém, muitas são as dificuldades encontradas nas colônias. Apesar disso, cumprem o seu papel na função de facilitar as inscrições dos pescadores profissionais junto ao INSS, em que lhe é assegurado o direito à aposentadoria, ao auxílio doença, ao seguro-desemprego na Piracema, entre outros benefícios¹⁸. O relato a seguir confirma essa realidade:

“Benefícios à colônia tem levado ao pescador, porque hoje eles têm o seguro desemprego. Pegam um atestado que é concedido pela colônia. Eles preenchem e recebem o seguro na piracema, são quatro meses do ano. Se algum pescador adoecer, o médico dá um encaminhamento, nós damos o atestado, preenchemos o formulário, enviamos ao INSS, e ele usufrui o direito” (relato pescador profissional).

¹⁷ Seap-Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República.

¹⁸ Para compor o histórico a cerca das colônias de Pirapora e Buritizeiro, encontramos algumas dificuldades, por não termos documentos oficiais locais disponíveis. Utilizamos para a elaboração deste, alguns relatos de pescadores que entrevistamos e que participaram no processo de criação das colônias. Utilizamos relatos de pescadores já aposentados, na faixa etária entre 70 e 74 anos.

Quando os pescadores entrevistados começam sua narrativa, fomos percebendo vários pontos que nos levam as afirmativas positivas e negativas, no processo de criação das colônias. Iremos apresentando os depoimentos seguindo um processo cronológico, com o objetivo de levarmos ao leitor momentos do passado e do presente.

Brandão (1998) afirma:

Existe um reviver no rememorar que não é apenas bom como a boa saudade redita, revisitada a poder das palavras. Ele o reviver na narrativa, completa mais do que o sentido não sabido, completa uma parte da vida ainda não vivida e tão passada (p.152).

Os nossos sujeitos começam sua narrativa rememorando passagens vividas durante sua vida de pescador. Neste rememorar o relato a seguir começa do momento de criança em que o aprendizado da pesca se inicia:

“Vim de família de pescador. Aprendi a pescar com meus avós. Muito novo comecei a pescar, ajudando meus avós. Comecei no 4º ano primário, transportando peixe pro frigorífico pro meu avô. Ganhei uma canoa coxa de presente do meu avô de um pau só, material de pesca; o anzol, a tarrafa, eu tinha 11 anos de idade. E assim comecei a pescar” (Pescador aposentado, Pirapora - MG).

“Aprendi a pescar com o pai. Desde criança - entre 10 e 12 anos” (Pescador aposentado, Buritizeiro - MG, 2006).

“Comecei a pescar aos 10 anos de idade com o pai. Meu aprendizado começou na Bahia e em 1971 vim pra Pirapora-MG com os pais, pois os mesmos migraram aqui pra Minas Gerais” (Pescador natural da Bahia, residente em Pirapora - MG, 2006).

“... sou pescador desde menino, aprendi a pescar com o meu pai, tive outra profissão, mas voltei pra pesca, porque é o que faço com prazer e alegria. Tudo que tenho hoje veio da pesca” (Pescador em Pirapora - MG, 2006).

Na fala do entrevistado sentimos o grande laço de afetividade e o orgulho de ser um pescador, tendo aprendido a profissão com seu pai, e até os dias atuais, consegue manter sua família, com o seu trabalho.

Fomos adentrando no rememorar do pescador entrevistado e o diálogo foi fluindo sobre o momento de criação da colônia, pois a primeira em Minas Gerais foi a de Pirapora-MG, a colônia Z-1.

O senhor lembra da criação da colônia?

A primeira eu não lembro como iniciou. Meu tio foi o terceiro presidente de colônia da região. Eu fui o quarto presidente da colônia de Pirapora.

A colônia era como se fosse uma regional. Todos os pescadores de Brasília, Mato Grosso. São Paulo, Bahia, eram regularizados aqui nesta colônia.

Lembra do ano de fundação? Não lembro.

Meu tio foi presidente 11 ou 13 anos da colônia de Pirapora. Ai o Presidente da Confederação do Rio de Janeiro veio pra cá, e nomeou outro presidente. Pois meu tio não podia ficar mais, já parecia ditadura.

Quando o Sr. foi presidente você ficou quanto tempo?

Três anos, pois o mandato antigamente era de 03 anos, hoje é que mudou pra 02 anos.

Fale um pouco da colônia de Pirapora. Como tudo aconteceu?

A sede era em um cômodo na casa do meu Tio, muitos anos ele carregou a colônia sozinho.

Ai surgiu a Sudepe¹⁹ em 1968 disso eu me lembro. Minha carteira era dada visto através da Capitania dos Portos, ai formalizamos uma chapa, orientado por um americano que era o João - Mr. Jones, ele pertencia na época ao corpo de Voluntários da Paz, eles reuniam os ribeirinhos, ensinando muitas coisas, eram vários integrantes e faziam trabalhos ao longo do rio.

O Benjamin que estava aqui na época, e o Evangelista que era daqui formaram uma cooperativa, eu fui o secretário, e eles nos auxiliavam. Evangelista era mais experiente, ele estava formando em técnico de contabilidade.

Antes ela foi colônia, depois no mandato de Benjamin veio à cooperativa que esses americanos nos ajudaram trabalhando em conjunto. A colônia tomou empréstimo na Codevasf²⁰ e formalizou a cooperativa.

Fizemos contrato com peixarias de São Paulo e Rio de Janeiro, nos tínhamos uma câmara muito boa que comportava 10 toneladas de peixe. Cada 15 dias o caminhão vinham do Rio de Janeiro, outro mês de São Paulo, pra pegar peixe.

No período da entre-safra entre o mês de julho pra agosto que eram muito críticos, ai veio à falta do peixe.

Acabaram os contratos da peixaria. Os pescadores ficaram desacreditados, a colônia entrou em crise. O maquinário, os arquivos foram depredados. Ai surgiu a Sudepe em 1968 disso eu me lembro e formou nova colônia, e estruturou com câmara frigorífica, fábrica de gelo, lancha pra coleta dos peixes na margem do rio.

Nós tocamos de novo a colônia. Quando a cooperativa foi extinta o pescador já não acreditava mais, como antes.

¹⁹ Sudepe – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

²⁰ Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

A partir dos depoimentos verificamos que existiu um período em que a vida do pescador dos dois municípios, ligados à colônia de pesca Z-1 teve momentos positivos, em que a mesma propiciava boas negociações com o pescado que era retirado do rio. Nessa época, eles tinham a câmara fria que armazenava o peixe, ajudando-os na comercialização, e todos trabalhavam conjuntamente no processo de limpeza dos peixes.

A colônia de pesca de Buritizeiro só foi criada no ano de 2004, antes os pescadores eram cadastrados na colônia Z-1 de Pirapora. Esse processo de formalização deu-se durante o período da atuação do PPA (Peixes Pessoas e Águas), projeto atuante na região junto aos pescadores entre 2003 a 2006.

“Queria que vocês lembrassem um pouco das oficinas de 2004 do projeto. A colônia de Buritizeiro não existia ainda, era uma associação de pescadores de Pirapora que estavam representados também pela colônia de Pirapora. Ao longo do tempo a associação passou a ser colônia, da mesma forma que aconteceu com Ibiaí e o grupo foi aumentando (relato coordenador oficina - Buritizeiro 2005).

Atualmente a colônia de pesca em Buritizeiro, trabalhando conjuntamente com vários pescadores filiados tenta trazer vários benefícios conforme este relato:

O pescador ainda hoje é livre para vender o peixe onde encontrar o melhor preço no local que quiser. A colônia esta trabalhando no espaço para requerer uma câmara fria e um fabricante de gelo para abastecer esse pescador onde for pescar. Precisamos também de projetos para que possam levar ao pescador o gelo, buscar o peixe, atender a família que fica na cidade.

O maior benefício a colônia tem levado ao pescador, hoje eles tem o seguro desemprego, que eles pegam um atestado que é concedido que é um código da colônia no Ministério do Trabalho em Brasília e em Belo Horizonte.

Eles preenchem esse atestado, e recebem o seguro desemprego na piracema. Se algum dos pescadores adoecerem o medico dá um encaminhamento, nós damos o atestado, preenchemos o formulário, enviamos ao INSS, ele usufrui do INSS.

Se ele tiver a idade normal de aposentadoria que é 50 anos para a mulher e 55 para o homem, que prevalece entre 55 e 60 anos, ele tem o mesmo atestado e formulário da colônia e junto ao INSS ele aposenta.

Esses benefícios são de direito deles, não é necessário pagar por um atestado, pois, cada um paga uma taxa anual que é... era de 50 reais, que por causa da Federação foi obrigado a passar para 85 reais ,e com isso descobri que o nosso dinheiro é para nós mesmos.

Outros benefícios buscam junto ao Banco do Nordeste e Banco do Brasil. Nós estamos com vários financiamentos de investimentos, só com o Banco do Brasil fizemos vários PRONAFs, para investimento em motor de barco, material de pesca , linha, anzol, caixa de gelo, freezer, com tudo isso os pescadores estão contemplados.

.A colônia vai ao banco negocia junto a ele, vai a EMATER que faz o projeto, leva ao banco e ele autoriza.

A loja que ganhou a licitação pediu os motores entregamos tudo na presença do banco. Tudo é transparente, o pagamento é feito junto a essa organização tudo documentado são essas coisas que tem trago para nós benefícios, dentre essas têm outras que estamos requerendo junto aos órgãos competentes para trazer a melhoria de vida para os pescadores e as pescadoras (Depoimento Pescador profissional Buritizeiro – MG, 2006).

Alguns fatores transformaram-se ao longo dos anos. A atual colônia de pesca de Pirapora Z-1 já possuiu uma câmara fria que serviu para armazenar os peixes pescados, e encontra-se agora desativada por não ter apoio financeiro para mantê-la. O custo da energia tornou-se muito caro, e atualmente ela conta apenas com a arrecadação anual dos filiados à Colônia, o que inviabiliza o seu funcionamento. Os equipamentos comprados pela colônia de Pirapora estão em deterioração, por não haver atualmente investimentos em infra-estrutura e na organização para a comercialização do peixe para outros lugares. Por esses motivos, o peixe pescado pelos pescadores é comercializado de forma individual, cada um trata do seu pescado.

Em Buritizeiro, a colônia criada recentemente acredita em dias melhores e busca novas alternativas para os seus companheiros de jornada na pesca.

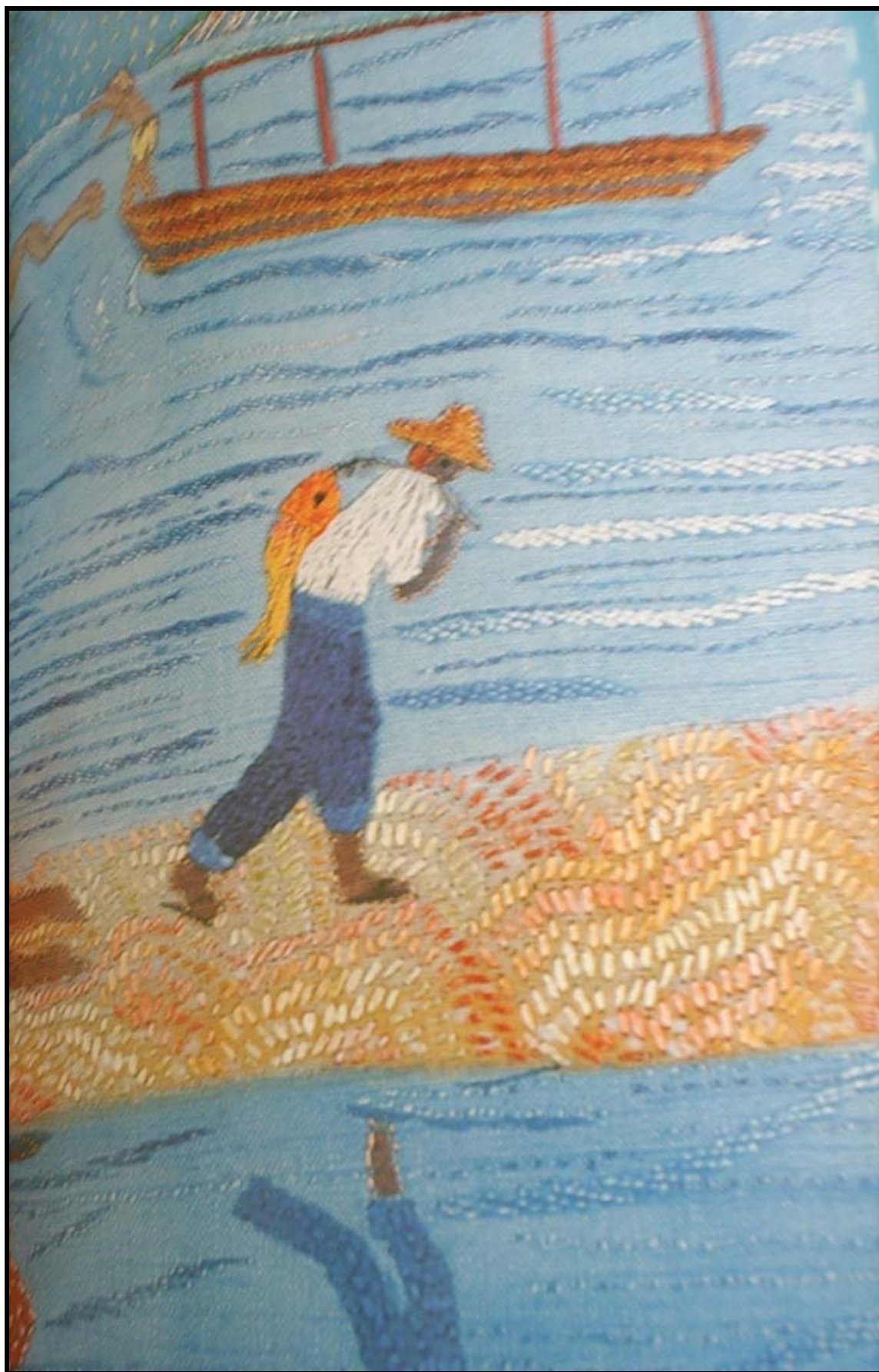
Diante disso, pode-se afirmar que a situação das colônias nas cidades pesquisadas cumprem o papel para facilitação da inscrição dos pescadores como

profissionais da pesca, para que no período de Defeso²¹, possam receber o seguro desemprego.



Figura 6: Sede da Colônia Z-01 em Pirapora-MG
Fonte: da autora -2006.

²¹ Defeso – constitui-se de medidas que buscam garantir a desova das espécies de peixes importantes para o consumo. De novembro a fevereiro, ficou estabelecido o período de defeso em Pirapora e Buritizeiro, conforme Portaria nº. 173, de 22 de novembro de 2006 – IEF.



CAPÍTULO 2 - AS INSTITUIÇÕES REGULADORAS DA PESCA E O PROJETO PPA – PEIXES, PESSOAS E ÁGUAS

Neste capítulo apresentamos de forma sucinta a descrição do surgimento dos órgãos competentes que estabelecem as leis que regulam as atividades para a prática pesqueira. Para tanto, foram coletadas informações e dados nos órgãos IBAMA, IEF e Codevasf.

As interações dos pescadores das colônias de pesca com as instituições governamentais foram avaliadas junto aos grupos integrantes das colônias.

Analizamos a relação entre os pescadores e os integrantes das ONGs que atuam com projetos no local da pesquisa, objetivando a “Co-gestão da pesca no Vale do São Francisco”, por meio de entrevistas feitas com os pescadores, além de dados coletados pela pesquisadora na participação em palestras, seminários e oficinas, realizadas com as comunidades de pesca.

2.1. AS instituições reguladoras da pesca

Embora a legislação sobre as atividades do pescado no Brasil tenha se iniciado no período colonial, segundo (SILVA, 1972), tendo respaldo na Constituição Federal de 1988, em que o Artigo 24 define como competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, legislar sobre:

- florestas, caça, pesca, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- Todas as ações do ordenamento de pesca passam a ser

regulamentadas por Leis, Decretos e Portarias, além de instrumentos normativos que são documentos das atividades administrativas dos órgãos gestores.

Definimos abaixo a significância de cada instrumento legal relacionado à atividade pesqueira:

Decreto-Lei: documento expedido pelo presidente da república ao absorver anormalmente as funções do Congresso Nacional, quando estas se encontram suspensas.

Lei: norma elaborada e votada pelo Congresso nacional (lei federal), e pela Assembléia Legislativa Estadual (lei Estadual).

Decretos: documento legal que regulamenta normas gerais determinadas em lei. Se for de âmbito Federal é votado pelo Congresso Nacional; se de âmbito Estadual votado pela Assembléia Legislativa.

Portarias: documento gerado por ato administrativo da autoridade do órgão público, com instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos.

A pesca no Brasil foi regulamentada em âmbito federal pelo decreto-lei 221/67, atribuindo então à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - Sudepe, que estabeleceu, entre outras, a função de regular e fiscalizar as atividades do setor pesqueiro.

Em 1989 ocorre à extinção da Sudepe e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. O IBAMA foi criado para estabelecer e controlar o uso dos recursos naturais, zelando pela preservação de espécies, pela sustentabilidade dos recursos, ordenando o uso dos recursos pesqueiros em águas de domínio da União, como no Rio São Francisco.

A análise desse arcabouço legal evidencia que nos últimos quarenta anos, identificaram-se dois períodos distintos:

“Um entre 1967 e 1987, e o outro de 1988 a 2001”. No primeiro período que compreende 21 anos, praticamente não houve mudança na legislação, excetuando-se a aprovação da lei da Previdência e de dois decretos que regulamentaram aspectos específicos do Decreto-lei nº. 221/67. “Este decreto-lei, hoje bastante alterado e desatualizado em relação à legislação nacional e internacional, continua sendo a lei básica que rege a atividade pesqueira no Brasil” (NETO, 2003 p. 113).

Referindo-se ao primeiro período, Silva (1972) avaliando a aplicação desse instrumento legal, comenta: “A lei n. 221/67 - convertida em Lei Áurea da Pesca, sobretudo pelo caráter anárquico e velocíssimo de sua aplicação, transfigurou, mas também desfigurou a pesca brasileira”.

Já o segundo período, relativo aos últimos treze anos, segundo Dias-Neto, (1999), foi bem mais dinâmico, ocorreram alterações no modelo de gestão dos recursos pesqueiros. No final da década de 1990 ocorre a sanção da Lei Estadual n.12.265 sendo repassado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF, a função no estabelecimento de normas relativas à permissão, restrição e proibição de instrumentos utilizados na pesca e suas técnicas utilizadas. Para um melhor ordenamento pesqueiro,²² a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais ou Polícia Ambiental passa a fiscalizar e autuar infrações.

2.1.1. O IBAMA

O reconhecimento da importância dos recursos ambientais no Brasil vem do período do descobrimento (1500), em que Pero Vaz de Caminha relata ao rei de Portugal as belezas naturais e patrimoniais do Brasil.

²² Conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, sobre a base do conhecimento atualizado dos seus componentes biológicos, econômicos e sociais, com vistas a alcançar a sustentabilidade da atividade pesqueira, com a base conceitual ancorada na gestão participativa, onde o poder público, juntamente com o setor produtivo e organizações ambientalistas buscam a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros (plano de Ação/2004 - Coordenação de Ordenamento Pesqueiro/IBAMA).

O conceito de meio ambiente é, contudo, bem novo, assim como a gestão do meio ambiente constitui uma atividade também recente. Até há pouco tempo, os recursos ambientais eram tratados de forma isolada no Brasil, razão pela qual os instrumentos e os mecanismos necessários à gestão do meio ambiente ainda não estavam desenvolvidos e aperfeiçoados em sua plenitude.

Por outro lado, as estruturas de Governo que foram sendo desenvolvidas ao longo do tempo para atender às demandas da sociedade, no que se refere à conservação e a preservação dos recursos naturais, estavam mais voltadas para o incentivo do desenvolvimento econômico, no qual a exploração desses recursos era apenas mais um elemento. Até a década de 50, não havia no Brasil uma preocupação precípua com os aspectos ambientais.

O período compreendido entre 1930 a 1950 caracterizou-se pela industrialização com base na substituição de importações. Nesse período o país foi dotado de instrumentos legais e de órgãos públicos que refletiam as áreas de interesse da época e que, de alguma forma, estavam relacionados à área do meio ambiente, tais como:

- O Código de Águas - Decreto nº. 24.643, de 10 de julho de 1934;
- O Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS);
- O Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS);
- A Patrulha Costeira e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).

As medidas de conservação e preservação do patrimônio natural, histórico e artístico mais significativo, no período acima referido, foram:
a criação de parques nacionais e de florestas protegidas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste;

- O estabelecimento de normas de proteção aos animais;

- A promulgação dos códigos de floresta, de águas e de minas;
- A organização do patrimônio histórico e artístico;
- A disposição sobre a proteção de depósitos fossilíferos, e a criação, em 1948, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.

Na década de 60, o Governo Brasileiro compromete-se com a conservação e a preservação do meio ambiente, efetivadas por meio de sua participação em convenções e reuniões internacionais, como por exemplo, a Conferência Internacional promovida pela UNESCO, em 1968, sobre a Utilização Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera.

Nessa ocasião foram definidas as bases para a criação de um programa internacional dedicado ao Homem e à Biosfera (*Man and Biosphere* - MAB), que foi efetivamente criado em 1970.

O Brasil, como membro das Nações Unidas, também assinou acordos, pactos e termos de responsabilidade entre países, no âmbito da Declaração de Soberania dos Recursos Naturais.

A década de 70 foi marcada pelo agravamento dos problemas ambientais, e, conseqüentemente, pela maior conscientização desses problemas em todo o mundo. No entanto, somente após a participação da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia, é que medidas efetivas foram tomadas com relação ao meio ambiente no Brasil. Participaram desse evento, representantes de aproximadamente 113 nações, 90% dos quais pertenciam ao grupo dos países em desenvolvimento.

Nessa época, apenas 16 deles possuíam entidades de proteção ambiental. Os delegados dos países em desenvolvimento, liderados pela delegação brasileira,

defendiam seu direito às oportunidades de crescimento econômico a qualquer custo. Ao final, foi proclamada, como forma ideal de planejamento ambiental, aquela que associasse a prudência ecológica às ações pró-desenvolvimento, isto é, o ecodesenvolvimento.

Nessa Conferência foram aprovados 25 princípios fundamentais que deviam orientar as ações internacionais na área ambiental, tais como a valorização do homem dentro do ambiente como ser que o transforma, mas que depende dele para sobreviver, e que o homem é o ser mais importante do mundo, pois promove o progresso social, cria riquezas e desenvolve a ciência e a tecnologia.

Em 1968, tem início na Europa um movimento que se preocupava com os problemas ambientais nos seus países e no mundo, denominado Clube de Roma. Seus participantes - especialistas de várias áreas do conhecimento humano – reuniram-se em Roma para discutir a crise daquele momento e as crises futuras da humanidade. Em 1972, o Clube de Roma publicou o seu relatório *The Limits of Growth* (Os limites do Crescimento), que alertava para o fato de que a humanidade teria, obrigatoriamente, um limite de crescimento com o modelo econômico então praticado, baseado no consumo exacerbado e altamente concentrado em poucas nações.

Poucos meses depois, realizou-se em Estocolmo, Suécia, a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, de onde saiu um documento intitulado "Declaração sobre o Ambiente Humano". A Declaração reconhece a importância da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, enfatizando a premência de o homem reordenar suas prioridades.

Já no Brasil, a Constituição Federal de cinco de outubro de 1988 foi um passo decisivo para a formulação da nossa política ambiental. Pela primeira vez na história de uma nação, uma constituição dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente,

dividindo entre o governo e a sociedade a responsabilidade pela sua preservação e conservação.

Nesse sentido, cabe evidenciar o artigo 225 da Constituição Federal uma vez que os recursos pesqueiros fazem parte dos recursos ambientais que diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A partir daí, foi criado o programa Nossa Natureza, que estabeleceu diretrizes para a execução de uma política ampla de proteção ambiental.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA foi criado pela Lei nº. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental:

- Secretaria do Meio Ambiente - SEMA;
- Superintendência da Borracha - SUDHEVEA;
- Superintendência da Pesca – SUDEPE,
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Em 1990, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República - SEMAM, ligada à Presidência da República, que tinha no IBAMA seu órgão gerenciador da questão ambiental, responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis.

É relevante citar também o evento que se realizou no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92, da qual participaram 170 nações.

A Rio-92 teve como principais objetivos:

- Identificar estratégias regionais e globais para ações referentes às principais questões ambientais;
- Examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo;
- Examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentado e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento.

Nesse processo histórico o IBAMA é o órgão que com a extinção da SUDEPE, veio legislar sobre os recursos pesqueiros no Brasil²³.

2.1.2. O Instituto Estadual de Florestas - IEF

O Instituto Estadual de Florestas é uma autarquia criada pela Lei n. 2606, de cinco de janeiro de 1962, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, sede e foro na capital do Estado e jurisdição em todo território Estadual.

O IEF - integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA criado pela Lei Federal nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº. 7.804, de 18 de julho de 1989. No exercício de suas atribuições, o IEF observará as deliberações

²³ Os dados apresentados sobre o histórico do IBAMA foram pesquisados no site www.ibama.gov.br em maio de 2006.

DIAS NETO, José. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Brasília: Ibama, 2003.

emanadas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH e as diretrizes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD.

De acordo com Gonçalves (1990), a história do IEF pode ser dividida em duas fases principais:

A primeira, entre os anos de 1962 e 1973, é uma fase em que o órgão não logra definir claramente seu papel e suas políticas, oscilando entre a diretriz de fomento legal ligada ao fornecimento de carvão para a indústria siderúrgica e o exercício de uma função conservacionista. A partir de 1973 o órgão entra em uma nova fase, com a emergência de uma nova política agrícola estadual (1990, p. 87).

Sendo assim o Instituto Estadual de Florestas - IEF tem por finalidade executar a política florestal do Estado e promover a preservação e a conservação da fauna e da flora, o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis e da pesca, bem como a realização de pesquisa em biomassa e biodiversidade, competindo-lhe:

- Coordenar, orientar, desenvolver, promover e supervisionar a execução de pesquisas relativas à manutenção do equilíbrio ecológico, bem como promover o mapeamento, inventário e monitoramento da cobertura vegetal e da fauna silvestre e aquática, a elaboração da lista atualizada de espécies ameaçadas de extinção no Estado, a recomposição da cobertura florestal, a recuperação de áreas degradadas e o enriquecimento dos ecossistemas florestais e aquáticos;
- Administrar Unidades de Conservação, de modo a assegurar a consecução dos objetivos e a consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC;
- Promover, apoiar e incentivar, em articulação com órgãos afins, o florestamento e o reflorestamento com finalidade múltipla, e desenvolver ações que favoreçam o suprimento de matéria-prima de origem vegetal

susceptível de exploração, de transformação, de comercialização e de uso, mediante assistência técnica, prestação de serviços, produção, distribuição e alienação de mudas;

- Promover a disciplina, a fiscalização, o licenciamento e o controle da exploração, utilização e consumo de matérias-primas oriundas das florestas, da pesca e da biodiversidade em geral, bem como coordenar e promover ações de preservação e controle, inclusive combate a incêndios e queimadas florestais e manejo sustentado dos recursos naturais;
- Coordenar, orientar, fiscalizar e supervisionar a execução de atividades de preservação, conservação e uso racional dos recursos pesqueiros, bem como promover o desenvolvimento de atividades para proteção da fauna ictiológica;
- Promover a educação ambiental visando à compreensão pela sociedade da importância das florestas, da pesca e da biodiversidade, bem como manter sistema de documentação, informação e divulgação dos conhecimentos técnicos relativos a esses recursos naturais;
- Aplicar penalidades, multas e demais sanções administrativas, promovendo a arrecadação, a cobrança e a execução de tributos e créditos não tributários e emolumentos decorrentes das atividades;
- Coordenar, orientar, fiscalizar e supervisionar a execução das atividades de gestão da fauna no território do Estado, em articulação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Em 1976 surge a equipe do Comando Especial de Fiscalização da Pesca - CEFIP, que atuava esporadicamente também na fiscalização florestal e que foi o núcleo a partir do qual se constitui em 1981, o Batalhão de Polícia Florestal, com a implantação de um comando em Belo Horizonte.

A Diretoria de Pesca e Biodiversidade surge e tem por finalidade promover e coordenar a execução das atividades de preservação e proteção das espécies vegetais e animais que tenham na água seu habitual meio de vida, bem como a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas de domínio do Estado, competindo-lhe, na área de sua competência:

- Promover e orientar a proteção e preservação da biodiversidade no Estado, bem como a manutenção do equilíbrio ecológico em geral e dos ecossistemas em particular, visando ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais;
- Promover, orientar e executar a criação, a implantação, a gestão e o manejo das Unidades de Conservação e de outras áreas equivalentes;
- Fomentar e orientar a preservação da flora e da fauna, contribuindo para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos do Estado;
- Fomentar, orientar e executar o controle, a fiscalização e o licenciamento de pesquisa, captura, extração, coleta, transporte, beneficiamento, comercialização, produção e perpetuação das espécies vegetais e animais;
- Promover, orientar e executar a Política de Gestão da Pesca e Aqüicultura no Estado;
- Promover e orientar estudos e outras ações de sua competência, para execução da política governamental do ICMS Ecológico na forma da lei, em conjunto com instituições responsáveis pela atividade no Estado, bem como promover, realizar e divulgar estudos técnico-científicos relacionados com a proteção e a sustentabilidade dos recursos naturais do Estado;
- Promover ações que visem a definir, atualizar e divulgar a lista das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção no Estado, recomendando e adotando medidas para a sua proteção;

- Definir, fomentar e executar a capacitação e o treinamento de gestores na proteção dos ecossistemas;
- Coordenar, orientar, fiscalizar e supervisionar a execução das atividades de gestão da fauna no Estado;
- Propor indicadores e mecanismos de aferição para melhoria da qualidade ambiental no Estado.

A descrição histórica ora apresentada dos órgãos legisladores da pesca, o IEF em nível Estadual e o IBAMA em nível Federal, evidenciam as circunstâncias das duas instituições no trabalho conjunto e nas relações com os diversos sujeitos sociais envolvidos na política ambiental. Neste cenário se expõem o jogo de forças, os conflitos e as formas de participação de cada sujeito envolvido.²⁴ Apresentamos abaixo o organograma do IEF, com base na Lei n. 12.582 de 17.07.97.

²⁴ Os dados apresentados neste item 2.1.2 foram pesquisados no site www.ief.mg.gov.br e a Questão Ambiental em Minas Gerais: Fundação Estadual do meio Ambiente. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. 328p.